

# **ATHIS PARA A MORADIA DIGNA: LEVANTAMENTO NACIONAL DE AGENTES**

Relatório final

Equipe da Pesquisa:

Adauto Lucio Cardoso  
Ariane Beltrão  
Ana Clara Meirelles  
Camila D´ottaviano  
Diana Lacs Sichel  
Fernanda Petrus  
Irene Mello  
Luciana Ximenes  
Marcela Kanitz  
Thais Velasco

2019

## Sumário

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>3</b>
1.1 Objetivo .....	6
1.2 Revisão de literatura .....	6
<b>2. METODOLOGIA.....</b>	<b>15</b>
Situando os agentes envolvidos, suas atuações e os arranjos .....	15
Questões metodológicas e eixos de atuação .....	17
Operacionalização da pesquisa .....	21
<b>3. ANÁLISE DOS RESULTADOS.....</b>	<b>25</b>
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>51</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>55</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>58</b>
Anexo 1- Questionário .....	59
Anexo 2 - Fichas das ações coletadas na pesquisa .....	73
Anexo 3 - Mapa das experiências cadastradas .....	73
Anexo 4 - Banco de dados consolidado da pesquisa (xls)(csv) .....	73

## 1. INTRODUÇÃO

Este relatório apresenta os resultados do *Levantamento Nacional dos Agentes que Atuam em Prol da Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social-ATHIS e do direito à moradia digna*. A pesquisa foi desenvolvida pelo grupo Habitação e Cidade, da rede INCT Observatório das Metrópoles em seu núcleo Rio de Janeiro, a partir de uma demanda do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU/RJ), articulado com o Fórum Nacional do Br Cidades e a Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas (FNA).

A demanda para a realização da pesquisa surge em um contexto onde o tema da Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS) vem ganhando espaço nos debates realizados pelas entidades ligadas ao exercício profissional da arquitetura e urbanismo. Neste âmbito, o termo ATHIS é utilizado para referir-se a um campo de atuação profissional que pode contribuir para assegurar às famílias de baixa renda a prestação de serviços de arquitetura e engenharia<sup>1</sup>, incluindo a elaboração de projetos, a construção, a reforma, ampliação e regularização fundiária das habitações, tal como estabelecido na Lei Federal nº 11.888 de 2008, também conhecida como “Lei da ATHIS”.

A Lei da ATHIS, no entanto, junto a outras conquistas normativas, é fruto de uma luta iniciada décadas antes de sua aprovação por grupos comprometidos com o direito à moradia digna e à cidade, para quem a ATHIS seria objeto de uma política pública e gratuita. Este campo de luta política, que se consolida nos anos 1980 no Brasil, envolve, portanto, agentes diversos que extrapolam o entendimento da ATHIS como um campo de atuação profissional de arquitetos e engenheiros, reunindo profissionais de diversas áreas, movimentos sociais, grupos de extensão universitária, organizações estudantis, organizações não-governamentais, entre outros.

---

<sup>1</sup> Durante o período de debate e formulação da Lei de ATHIS o exercício profissional nos campos da arquitetura e da engenharia era regulamentado pela mesma autarquia federal - o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA). O CAU foi criado em 2010 (Lei 12.378 de 2010) para regulamentar exclusivamente o exercício da profissão de arquitetos-urbanistas e foi fundado somente em 2011.

A diversidade de agentes reunidos neste campo de luta política – alguns que reivindicam especificamente o termo “ATHIS” e outros não – se reflete em uma diversidade de práticas e sentidos que orientam as formas de atuação em prol do direito à moradia digna e à cidade. Essa diversidade, que implica em uma disputa de sentidos acerca do termo “ATHIS”, esteve parcialmente representada na composição dos grupos e profissionais que participaram da organização desta pesquisa.

Neste relatório buscamos nos posicionar nessa disputa, bem como levantar questões que acreditamos serem relevantes diante dos novos agentes que, mais recentemente, somaram-se ao campo de atuação profissional em ATHIS. Para isso, partiu-se de um entendimento amplo do termo ATHIS – especialmente amplo em relação às especialidades dos profissionais e os âmbitos de atuação estabelecidos pela Lei 11.888/08 – abrangendo os agentes que constituem o campo de luta pelo direito à moradia digna e à cidade, ainda que alguns não reivindicuem o termo. Por outro lado, buscamos delimitar o entendimento da ATHIS de modo

Os resultados preliminares da pesquisa foram apresentados no Seminário Nacional de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS), realizado em novembro de 2019 pelo CAU, em parceria com o Fórum Nacional do BR Cidades e a FNA, na cidade do Rio de Janeiro. Nesse evento, as entidades buscaram reunir a rede de profissionais atuantes no campo da ATHIS, não apenas no Rio de Janeiro, mas em todo o país. Os resultados preliminares e as questões formuladas durante a realização da pesquisa fomentaram a discussão durante o evento, que tinha como um de seus objetivos a reflexão coletiva sobre acúmulos, avanços e desafios enfrentados pelos agentes no campo da ATHIS<sup>2</sup>. Além disso, o Seminário pretendia

---

<sup>2</sup> A aproximação e diálogo entre o grupo de pesquisa Habitação e Cidade da Rede Observatório das Metrópoles e o CAU/RJ já havia se iniciado em 2018, tendo resultado na realização de eventos e fóruns de discussão envolvendo profissionais arquitetos-urbanistas, gestores públicos, acadêmicos e movimentos sociais sobre temas relacionados à moradia e à cidade. Dentre os eventos realizados no âmbito dessa parceria em 2018, o Seminário “Produção Habitacional Solidária: um panorama internacional” reuniu exposições de pesquisadores do Instituto Federal Suíço de Tecnologia de Zurique (ETH Zurique) e do Observatório das Metrópoles sobre experiências de produção habitacional envolvendo organização comunitária e formação de cooperativas em diversos países. A ATHIS foi um dos “temas-chaves” que orientou o debate para a construção de uma agenda solidária para a habitação de interesse social no Brasil. Este evento desdobrou-se na publicação *Produção Habitacional Solidária: Panorama Internacional*, organizada pelo Grupo Habitação e Cidade e lançada, em 2019, no Seminário Nacional de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetrosoles.net.br/producao-habitacional-solidaria-panorama-internacional-2/>

identificar os entraves e formular diretrizes para a ampliação e universalização da aplicação da Lei Federal nº 11.888/08 que, apesar de sua relevância, não é aplicada efetivamente pelo poder público nas cidades brasileiras.

Importa destacar o desafio de pesquisar sobre a atuação das organizações e profissionais independentes atuantes no campo da ATHIS nacionalmente. Conforme dito anteriormente, trata-se de um universo extenso, conhecido apenas parcialmente, o que motivou a opção por uma pesquisa de caráter exploratório, realizada a partir de um questionário estruturado, auto administrado, público e online. Essa forma de pesquisa, em que não há total conhecimento do universo pesquisado, nos permite levantar questões e indicações que deverão ser aprofundadas em estudos futuros, mas não almeja tirar conclusões sobre o universo de atuação profissional em ATHIS. As limitações que esse tipo de pesquisa impõe à análise dos resultados será detalhada na metodologia.

O relatório está estruturado em cinco partes. Na parte 1 – Introdução é apresentado o histórico da pesquisa, a cooperação entre os grupos envolvidos, os objetivos pretendidos com a sua realização, bem como uma revisão bibliográfica sobre esse campo de atuação e as disputas de sentido que o conformam. Na parte 2 – Metodologia, a seguir, são apresentadas as questões relacionadas ao universo pesquisado, a opção por uma pesquisa exploratória e suas limitações para as análises dos resultados, bem como o instrumento utilizado para o levantamento das informações e a influência da forma de aplicação deste instrumento nos resultados obtidos. Na parte 3 – Análise dos resultados, são apresentados os dados levantados no sentido de qualificar a prática dos agentes que atuam no campo, bem como as experiências mapeadas, enfocando seus principais pontos positivos, problemas e questões enfrentadas. Na parte 4 – Considerações finais, são trazidas as considerações mais relevantes pontuadas ao longo do relatório e questões importantes sobre o campo da ATHIS levantadas a partir dessa pesquisa e que deverão ser aprofundadas em estudos futuros. Como anexos, constam o questionário adotado na coleta de dados (anexo 1), fichas técnicas que reúnem as principais informações sobre as experiências levantadas (anexo 2), um mapa onde estão indicadas as experiências georeferenciadas (anexo 3) e a base de dados do levantamento (anexo 2).

## 1.1 Objetivo

A pesquisa teve como principais objetivos levantar as organizações e profissionais independentes envolvidos nos diversos âmbitos de atuação em Assistência Técnica à Habitação de Interesse Social (ATHIS), registrar as experiências que envolvem a questão da habitação e do direito à cidade no país, bem como levantar hipóteses sobre os acúmulos, desafios e entraves enfrentados nesse campo. Conhecer o panorama nacional dos agentes e experiências no campo da ATHIS era importante para as entidades que articularam o desenvolvimento desta pesquisa, no sentido de contribuir para formular diretrizes para a ampliação e universalização da Lei 11.888/08, bem como incidir politicamente para o desenho de políticas públicas e para a formulação de projetos de fomento à atuação em ATHIS, como vêm sendo realizado, por exemplo, pelos CAU/UF a partir da destinação anual obrigatória de 2% da arrecadação estadual para ações de ATHIS.

No que se refere aos agentes, buscou-se levantar informações sobre as organizações e profissionais independentes, dentre as quais: a natureza das organizações atuantes (associação, empresa, cooperativa, ONG, grupo de extensão universitária etc.), a composição das equipes, o tipo de atuação que desenvolvem, o tempo de atuação no campo, os financiamentos que acessam e os desafios que enfrentam para a sua manutenção.

Sobre as experiências mapeadas, buscou-se conhecer os territórios onde foram realizadas, os grupos ou indivíduos que compõem as demandas atendidas, o tipo de trabalho realizado (provisão habitacional, melhorias, regularização fundiária, formação política, planos populares etc.), as metodologias adotadas, os principais desafios enfrentados para a realização das ações e os avanços alcançados. O instrumento adotado para o recolhimento dos dados bem como as informações levantadas serão detalhados na metodologia e na análise dos resultados.

## 1.2 Revisão de literatura

A pesquisa se iniciou por uma revisão de literatura sobre o tema da ATHIS, no sentido de apoiar a definição das informações a serem levantadas, a elaboração do

instrumento de coleta de dados e a análise dos resultados. A seguir, será apresentado um breve histórico da atuação profissional em ATHIS e a disputa de sentidos que marca esse campo de atuação. Essa disputa, conforme introduzida anteriormente, mostrou-se relevante para a realização da pesquisa por refletir o posicionamento dos diferentes agentes que atuam no campo, desdobrando-se nas experiências concretas através das metodologias adotadas, grupos atendidos, âmbitos de atuação e outras características das ações.

As primeiras experiências de atuação profissional em prol do direito à moradia digna e à cidade no Brasil surgem em um contexto de lutas protagonizadas pelas classes populares. Estas lutas se desencadearam em resposta ao aprofundamento da segregação socioespacial a partir da segunda metade do século XX, período marcado pela expansão das favelas, periferias e loteamentos populares. Na década de 1980, com o início do período de redemocratização, o contexto tornou-se mais favorável à atuação profissional neste campo e ganhou força no período pós-constituente com a eleição de representantes de partidos políticos progressistas nos governos municipais (Bonduki, 1992).

Embora tenham ganhado força a partir do final dos anos 1980, experiências de atuação de arquitetos-urbanistas e outros profissionais junto a grupos populares se desenvolveram mesmo antes desse período em diferentes regiões do país. Dentre as pioneiras, destaca-se, em meados dos anos 1960, a atuação do Grupo QUADRA – integrado pelo arquiteto e urbanista Carlos Nelson Ferreira dos Santos –, que desenvolveu, de forma participativa, uma proposta de urbanização para a favela de Brás de Pina, no Rio de Janeiro, em resposta à demanda dos moradores que resistiam à tentativa de remoção pelo então governador Carlos Lacerda (Lopes, 2011). Nesse mesmo período desenvolveram-se outras experiências relevantes, ainda que pouco estudadas, tal como a experiência coordenada pelo arquiteto Gil Borsói no bairro do “Cajueiro Seco”, região metropolitana de Recife, durante a gestão de Miguel Arraes (1960-1963). Nesta ocasião foi desenvolvido, no âmbito de um plano de desenvolvimento comunitário para o bairro, um projeto participativo que associou a pré-fabricação a técnicas tradicionais de construção com terra e envolveu os moradores dos mocambos na produção associativa da moradia (Souza, 2010).

Em meados dos anos 1970, destaca-se, no âmbito das políticas públicas, a experiência de implementação do Programa de Assistência Técnica para a Moradia Econômica (ATME) no Rio Grande do Sul, que previa a criação de um quadro de técnicos para atender às demandas das classes populares de Porto Alegre. Este Programa influenciou as diretrizes do Projeto de Lei Nacional (Nº 6.223/02) que, anos depois, culminou na Lei de Assistência Técnica (Lei Federal 11.888 de 2008), conforme veremos adiante (Cunha et al., 2007).

A partir dos anos 1980, organizados em prol de políticas públicas que promovessem melhorias urbanas nos territórios populares e garantissem o direito à terra, constituíram-se os movimentos sociais de luta por moradia. Estes grupos encontraram o apoio de profissionais, dentre os quais arquitetos-urbanistas, bem como o incentivo de setores da Igreja Católica, o que culminou na articulação de uma plataforma ampla que aglutinou diversas experiências de luta pelo direito à cidade e reuniu não apenas os movimentos de moradia de base popular, mas também entidades profissionais, instituições acadêmicas e organizações não-governamentais em torno do Movimento Nacional da Reforma Urbana (Maricato, 1997).

Dentre as experiências de apoio técnico de arquitetos-urbanistas à produção da moradia popular na década de 1980, destacam-se os mutirões autogeridos realizados em São Paulo, Fortaleza e Belo Horizonte. Em São Paulo, as primeiras experiências ocorreram no início da década e sofreram influência do modelo uruguaio de “*cooperativas de vivienda por ayuda mútua*”, difundido através de profissionais brasileiros que visitaram iniciativas em curso no país vizinho (Bonduki, 1992). Muito distinto do contexto uruguaio, no Brasil não existia um marco legal apropriado ao cooperativismo, as condições de financiamento adequadas e a propriedade coletiva da terra, pois essa forma de produção da moradia nunca configurou uma política pública de extensão nacional. No entanto, o modelo de mutirões autogeridos foi institucionalizado localmente em algumas cidades brasileiras, com destaque para o programa FUNAPS – Comunitário (ou FUNACOM), desenvolvido durante a gestão de Luiza Erundina em São Paulo, que viabilizou 93 convênios com grupos organizados, resultando em 12.000 unidades habitacionais construídas (Rizek, 2004; Santo Amore, 2004; Ferreira, 2012).

As experiências paulistas foram marcadas pelo ideal da autogestão na produção da moradia, que preza pela igualdade nos processos decisórios em todas as etapas, desde a concepção, através do projeto do bairro e da casa, passando pela compra de materiais e a realização da obra, garantindo o exercício do controle coletivo sobre as ações que, no âmbito das políticas públicas de habitação, estavam sob responsabilidade exclusiva do Estado e das empresas de construção. Nesse contexto, conformou-se um campo de atuação profissional vinculado ao termo “assessoria técnica” para habitação de interesse social. (Santo Amore, 2016)

Em 2008, a Lei federal 11.888/08, conhecida como Lei da Assistência Técnica, foi aprovada em um contexto de retomada dos investimentos na política urbana e de avanços no marco normativo. Apresentada inicialmente por Clóvis Ingelfritz – arquiteto-urbanista e deputado federal – em 2002, suas diretrizes foram desenvolvidas a partir da experiência do ATME. Em 2006, o deputado federal Zezéu Ribeiro foi responsável pelo segundo projeto de lei sobre o tema (Projeto de Lei Nº 6.981/2006). A lei foi aprovada somente em 2008, em resposta às reivindicações dos movimentos sociais e profissionais envolvidos no debate sobre ATHIS. Dentre outros avanços normativos conquistados nessa década, destacam-se o Estatuto da Cidade (2001) e o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (2005). A Lei 11.888/08 *“assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social”* e diferente das experiências paulistas, consolidou o termo “assistência”, que prevalece nas leis federais.

Demartini (2016) afirma que os termos “assessoria” e “assistência” por vezes aparecem como sinônimos e, por vezes, são associados a práticas distintas. Segundo a autora, nos documentos normativos é comum que apareçam como sinônimos, como ocorre no caso da Política Nacional de Habitação e da Lei da Assistência Técnica. Por outro lado, os termos são colocados de forma divergente quando há uma visão crítica em relação à trajetória histórica assistencialista das políticas estatais.

Nesse sentido, como afirma Kapp (2018), o debate *“assessoria x assistência”* tem uma razão histórica, e não teórica ou etimológica: o Estado adotou o termo “assistência”, enquanto os movimentos populares e os grupos que atuam em apoio a

suas iniciativas, buscando a autogestão como forma de organização, acionam o termo “assessoria”. A autora complementa sua reflexão observando que a Lei de Assistência Técnica, inspirada no Sistema Único de Saúde (SUS), “*parte da ideologia das necessidades ou da condição humana como condição de dependência de bens e serviços*” e conclui que essa ideologia seria oposta à busca por autonomia vinculada ao termo “assessoria” (Kapp, 2018, p. 222). Para a autora, a “assessoria” busca fortalecer a autonomia dos grupos e a autogestão nos processos, bem como estabelecer relações horizontais entre os membros da equipe e com os grupos atendidos.

No âmbito acadêmico dos estudos urbanos, Kapp (2018), citando o sociólogo francês Jean Rémy, que identificou uma polarização no campo da sociologia urbana francesa quanto à preferência pelos termos “assessoria” ou “assistência”, entende que essa polarização também se estende ao campo da arquitetura e urbanismo e tende a corresponder a um interesse maior pela apropriação do espaço (assessoria) ou por sua produção (assistência) (Rémy apud Kapp, 2018). Ainda segundo a autora, o termo “assistência” apresenta “*uma adesão acrítica ao pressuposto da inferioridade social dos assistidos*”, aproximando-se do assistencialismo e da filantropia, enquanto o termo “assessoria” apresenta “*uma perspectiva crítica dessas relações de dominação*” (Kapp, 2018, p. 222)

Para Santo Amore (2016), concordando com Kapp, trata-se de uma disputa de sentidos onde a assistência é colocada em um nível inferior por considerar as famílias atendidas sujeitos passivos que recebem os serviços de arquitetura e urbanismo como uma cesta básica. “*A assessoria teria um caráter mais “profissional”, onde pessoas e famílias são “participantes”, “protagonistas”, contratantes dos serviços.*” (Santo Amore, 2016, p. 2)

Demartini (2016) contribui com a reflexão sobre a disputa de sentidos da atuação em ATHIS ao estabelecer um paralelo com a discussão sobre os mesmos termos no campo do direito (“assistência jurídica” ou “assessoria jurídica”). Autores desse campo entendem que o termo “assistência” está relacionado a um “*caráter reformista, de manutenção do status quo e da democracia meramente formal, não trabalhando a*

*construção da crítica nos membros das comunidades assistidas”* (Henriques apud Demartini, 2016, p. 104). Por outro lado, o termo “assessoria jurídica” estaria vinculado a práticas que buscam a democratização da linguagem jurídica junto à população e estimulam a reflexão crítica para o desenvolvimento da cidadania.

Transpondo esse entendimento para o campo da ATHIS, a autora entende que o termo “assessoria” incorpora ao processo *“a discussão, junto à população pobre, sobre os seus direitos, especialmente o direito à cidade e à moradia digna, por meio de ações educativas e de estruturação e politização de coletivos”* (Demartini, 2016, p. 104). Por outro lado, a “assistência” estaria limitada a *“um serviço técnico, direcionado aos problemas físico-espaciais da unidade habitacional, não abrangendo questões simbólicas, sociopolíticas e econômicas do “habitar” popular”* (Demartini, 2016, p. 104).

Demartini (2016) identifica ainda outros pontos de divergência entre as práticas vinculadas ao termo “assistência” e “assessoria” técnica para habitação de interesse social. Dentre eles, destacam-se a forma de organização dos agentes que se identificam com cada um dos termos e os grupos socioespaciais aos quais as ações destes agentes são direcionadas.

Como visto anteriormente, o termo “assessoria” é reivindicado por agentes que afirmam privilegiar as demandas coletivas e organizadas. Este é o caso dos grupos de profissionais que, historicamente, atuam junto aos movimentos sociais de luta por moradia. Conforme será detalhado na apresentação dos resultados da pesquisa, tais agentes aparecem organizados principalmente em associações, cooperativas e coletivos (podem constituir pessoa jurídica formal ou não).

Cabe ressaltar que também recorrem ao termo “assessoria” muitas iniciativas de extensão universitária. Dentre estas, destacam-se os Escritórios Modelo de Arquitetura e Urbanismo (EMAUs) ligados às faculdades de arquitetura e que estão inseridos na Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (FENEA) que, por sua vez, estabelece diretrizes para uma prática “não-assistencialista” (FENEA, 2007).

Por outro lado, os agentes que se identificam com o termo “assistência” não privilegiariam demandas coletivas (Demartini, 2016). Essa relação do tipo de atuação com a forma de organização da demanda também é apontada por Santo Amore (2016) que, no entanto, ressalta a legitimidade de atendimento às demandas individuais no campo da ATHIS e defende que a organização das famílias “em cooperativas ou movimentos sociais, não deve ser requisito para obter o atendimento de arquitetos e engenheiros na construção de sua moradia”. (Santo Amore, 2016, p. 8)

Demartini (2016) acrescenta ainda a composição das equipes como um último ponto de divergência entre aqueles que se identificam com os termos “assessoria” e “assistência”. Para a autora, a composição das equipes de “assistência técnica” tende a restringir-se a arquitetos-urbanistas e engenheiros, conforme explicitado na Lei de Assistência Técnica. As equipes de “assessoria técnica”, por sua vez, costumam ser compostas por profissionais de áreas diversas, dentre os quais: assistentes sociais, sociólogos, geógrafos, advogados, psicólogos, antropólogos, administradores, entre outros.

Por fim, seguindo a discussão no campo jurídico, Demartini propõe ainda uma compreensão da “assessoria” técnica como um serviço mais amplo e diversificado, mas que pode incluir, quando necessário, a “assistência técnica” para melhorias habitacionais e urbanas mais pontuais e realizadas a curto prazo (2016, p. 105). No entanto, a autora defende que uma atuação mais ampla e participativa, que contemple as diferentes dimensões da vida social e as subjetividades do “morar” da classe trabalhadora, é fundamental para a garantia do direito à cidade.

Nesta pesquisa, partimos de um entendimento amplo do campo de atuação em ATHIS, compreendendo as diversas formas de atuação em prol do direito à moradia digna e à cidade. Entendemos por atuação em prol do direito à moradia digna e à cidade aquela comprometida com a redução das desigualdades socioespaciais e com os direitos sociais, em defesa da cidade como lugar do encontro e como arena de participação de todos os seus habitantes. Esta forma de atuação busca levar os

serviços de arquitetura, urbanismo e engenharia para a grande parcela da população, até então não atendida por esse serviço, conforme previsto na Lei Federal Nº 11.888/08 e, também, de forma articulada com profissionais de outras disciplinas. Prioriza as ações nas periferias e assentamentos precários e de alta densidade habitacional, atenta às necessidades e à melhoria da qualidade de vida, especialmente das famílias de baixa renda. Privilegia o atendimento da demanda em seu local de origem, contrária às remoções violentas ou que não realizam o reassentamento adequado. Finalmente, esta forma de atuação promove a Habitação de Interesse Social de qualidade, o que abarca a segurança legal da posse de terra, a disponibilidade de infraestrutura, o custo, as condições de habitabilidade, a acessibilidade e a adequação cultural das habitações (Noia, 2017), incluindo, portanto, a sua inserção na cidade, o acesso à escola, ao trabalho, às relações de vizinhança, ao transporte, saneamento etc.

A disputa de sentidos que marca o campo vem se acirrando, nos últimos anos, conforme o tema da ATHIS vem ganhando centralidade nos eventos, debates, publicações e ações promovidas pelas entidades profissionais como a Federação Nacional dos Arquitetos (FNA), o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) e o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. Em 2016, o CAU aprovou uma diretriz que exige que 2% do orçamento anual seja destinado a projetos de assistência técnica, expandindo os espaços de discussão sobre o tema no CAU/BR e nos CAU/UF, bem como entre os arquitetos e urbanistas. Nesse contexto, a atuação profissional em ATHIS vem sendo tema de debate nos seminários e espaços de discussão organizados pelas entidades profissionais. Para Cardoso e Amore (2018) o debate recente no meio das entidades profissionais:

transita entre uma noção genérica de “função social” da profissão, tomando o campo da assistência técnica como uma forma de inserção política nos problemas urbanos vivenciados pela população mais pobre, e entre a noção de “nicho de mercado” ou “oportunidade” para os arquitetos. (Cardoso & Santo Amore, 2018, p. 9)

Nesse sentido, Denise Morado observa que a assistência técnica à população de baixa renda vem aparecendo, cada vez mais, como produto privado, oferecido por um

conjunto de empresas que vem se multiplicando “com propostas vinculadas a específicas lojas de materiais, eventuais endividamentos etc.” (2019, p. 244). De fato, as empresas referidas pela autora apareceram não apenas nos resultados da pesquisa, mas também apresentadas como “casos de sucesso” do empreendedorismo social no referido Seminário Nacional de ATHIS em 2019. A problematização dessa questão por Morado (2019), no entanto, não se concentra em desqualificar esse tipo de prática ou questionar a cobrança dos serviços de arquitetura dos pobres. Para a autora, o problema central é a reprodução de desigualdades pela “imposição de padrões, normas, técnicas e saberes”, crítica que estende a outras formas de atuação para além do mercado.

De todo o modo, a promoção dessa atuação profissional como um “nicho de mercado” também ganhou força nos primeiros anos do atual governo de Jair Bolsonaro, sobretudo, com a criação do Programa Casa Verde e Amarela, lançado em 2020 pelo governo federal. O Programa inclui um eixo de melhorias habitacionais e regularização fundiária com assistência técnica e, para tal, deverá publicar editais para a contratação de empresas responsáveis pelo fornecimento dos serviços<sup>3</sup>.

Com vista à criação do referido Programa, foi estabelecido um acordo de cooperação técnica entre o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), responsável pelo mesmo, e as entidades que regulamentam a profissão de arquitetura e engenharia: CAU/BR e Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CREA<sup>4</sup>. Além disso, foram realizados pelos CAU/UF, em 2019 e 2020, diversos seminários sobre “Empreendedorismo social em ATHIS”, onde foram apresentadas experiências de negócios de “impacto social” e empreendedorismo social, sobretudo no âmbito das melhorias habitacionais e reformas.

Dentre os respondentes da pesquisa, entendemos que alguns agentes que identificaram suas práticas como “assistência técnica”, “consultoria” e “prestação de serviços”, podem não estar de acordo com o entendimento de atuação em prol da

---

<sup>3</sup><https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/casa-verde-e-amarela-pontos-criticos-do-novo-programa-habitacional-do-governo-federal/>

<sup>4</sup> <https://transparencia.caubr.gov.br/arquivos/tct-caubr-mdr.pdf>

moradia digna e do direito à cidade aqui proposto, principalmente por privilegiarem interesses econômicos e o valor de troca da moradia em detrimento do valor de uso. No entanto, a pesquisa, realizada a partir de um questionário estruturado, não nos oferece informações suficientes para o aprofundamento desta reflexão.

A breve revisão de literatura aqui apresentada reafirma o entendimento de que o campo de atuação e, sobretudo, os sentidos da atuação em ATHIS seguem em disputa. Conforme veremos a seguir, essa diversidade de sentidos se refletiu não apenas nos resultados da pesquisa, mas também em todas as etapas de sua formulação, nos diálogos entre os grupos e profissionais que participaram de seu desenvolvimento, bem como nos diálogos com os interlocutores e no processo de formulação do questionário. Essas etapas serão detalhadas na metodologia.

## **2. METODOLOGIA**

### **Situando os agentes envolvidos, suas atuações e os arranjos**

O desenvolvimento deste trabalho foi marcado pela intensa interlocução dos diversos atores envolvidos. A equipe executora da pesquisa foi formada por pesquisadores do grupo Habitação e Cidade, inserido na rede Observatório das Metrópoles em seu núcleo Rio de Janeiro. As políticas públicas habitacionais e as mobilizações sociais em torno da questão da moradia popular são temas fundamentais à agenda de pesquisa desenvolvida pelo grupo. Assim, o debate em torno do campo da ATHIS já atravessava as linhas de pesquisa do grupo e de seus membros (em suas pesquisas e militâncias particulares). E a pesquisa representou uma primeira oportunidade do grupo de desenvolver uma reflexão coletiva concentrada sobre essa questão.

O convite do CAU/RJ, em abril de 2019, pode ser colocado como o marco inicial da pesquisa, a partir do qual se desenvolveram suas questões e operacionalização. Articulado com um grupo de CAUs de outros estados e com a FNA, o CAU/RJ apresentou o interesse de realizar um levantamento e sistematização das experiências em ATHIS, a serem reunidas em um banco de dados de abrangência nacional, com a finalidade de subsidiar o Seminário Nacional de ATHIS, que seria realizado aproximadamente seis meses após o início da pesquisa. Entre a equipe executora e o Conselho foi formulado um documento, no qual foram registrados os

interesses comuns. Esse documento foi essencial ao desenvolvimento da pesquisa, mas não chegou a ser formalizado entre a UFRJ e o CAU/RJ devido a entraves burocráticos não superados até o momento.

A intenção inicial da entidade, suas expectativas e prazos, tiveram expressivas implicações na metodologia adotada. Tais implicações serão pontuadas ao longo da exposição, entretanto, uma questão central e limitadora para o desenvolvimento da pesquisa foi o tempo previsto para o recebimento dos resultados por parte do Conselho, tendo o Seminário como marco de fechamento, em novembro de 2019. A consolidação dos resultados foi realizada em duas etapas: a primeira de análise parcial dos resultados com vistas a atender às demandas colocadas pelo CAU-RJ, com a conclusão do levantamento de dados e apresentação oral dos resultados preliminares no Seminário; e uma segunda tabulação e análise aprofundada dos resultados, e sua síntese formatada neste relatório.

A inserção do grupo Habitação e Cidade e de seus membros em redes de pesquisa, atuação profissional e mobilizações sociais também permeou as estratégias metodológicas, agregando experiências anteriores com a prática e o debate acadêmico sobre os temas, e abrindo espaços de diálogo com interlocutores importantes para as questões norteadoras da pesquisa.

Os recortes temporal e espacial da pesquisa foram definidos em conjunto pela equipe executora e o CAU/RJ, buscando atender aos interesses comuns e responder às questões norteadoras estabelecidas. Quanto ao recorte espacial, a pesquisa buscou abranger todo o território brasileiro, concentrando-se principalmente nas áreas urbanas das metrópoles, apesar de contemplar também experiências em áreas rurais e em municípios de portes variados.

O recorte temporal foi orientado pelos principais marcos da política habitacional nas últimas décadas, notadamente a implantação dos grandes programas de investimento do Governo Federal, dentre os quais destaca-se o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), criado em 2009. A aprovação da Lei Federal 11.888/08, em 2008, também constituiu um marco temporal importante para a pesquisa, uma vez que o CAU/RJ

tinha como um dos objetivos do Seminário Nacional de ATHIS discutir os entraves e propor caminhos para a efetivação da Lei, que garante assistência técnica gratuita para famílias de baixa renda, mas ainda é pouco aplicada.

Nesse sentido, a pesquisa buscou conhecer há quanto tempo os agentes atuavam no campo, se ainda estavam ativos e, no caso dos agentes que interromperam a sua atuação, por quanto tempo haviam atuado. Além disso, foram coletadas informações sobre as principais fontes de financiamento acessadas pelos agentes. As informações sobre financiamento foram levantadas em dois períodos, o primeiro relativo aos três anos anteriores à pesquisa (2016-2019) e o segundo, relativo aos dez anos anteriores (2009-2019). Este recorte teve como objetivo identificar se houve impacto decorrente das políticas vigentes nos governos Lula e Dilma. Quanto ao recorte temporal das experiências, foram levantadas ações realizadas nos dez anos anteriores à data da pesquisa.

### **Questões metodológicas e eixos de atuação**

Nesta pesquisa, de caráter exploratório, foram adotadas estratégias e ferramentas metodológicas que serão brevemente apresentadas neste tópico. A estruturação dessas estratégias e ferramentas deu-se por meio de intenso diálogo entre equipe executora, equipe do CAU/RJ e interlocutores convidados, de experiência reconhecida no campo da ATHIS.

Como forma de subsidiar a pesquisa e contribuir para a discussão no campo, foi realizada uma revisão de literatura sobre o tema da ATHIS, concentrando-se sobre um breve resgate histórico e as disputas de sentidos que marcam esse campo de atuação. Tal como explicitado anteriormente, essa disputa mostrou-se relevante para a realização da pesquisa, uma vez que informa sobre o posicionamento dos diferentes agentes que atuam no campo, desdobrando-se nas experiências concretas através metodologias adotadas, grupos atendidos, âmbitos de atuação e características das ações.

O estudo sobre os diversos sentidos que atravessam este campo mostrou-se de suma importância para o desenvolvimento de um senso crítico da equipe sobre os possíveis vieses dados pela inserção de cada um dos membros nessas disputas, assim como auxiliou nas articulações com os demais participantes da pesquisa. Nesse sentido, é relevante à pesquisa a compreensão sobre como cada agente disputa esses sentidos produzindo narrativas e políticas, estando universidades, entidades de classe, organizações profissionais e movimentos sociais ativamente inseridos nessa dinâmica.

Como já exposto na introdução, o desenvolvimento da pesquisa parte de um desafio inicial importante relativo ao universo a ser pesquisado. O campo de atuação em ATHIS é conhecido apenas parcialmente, ou seja, conhecemos agentes e experiências do campo, mas não há conhecimento sistematizado sobre todos os agentes e experiências que constituem o campo. A impossibilidade de delimitação desse universo motivou a opção por uma pesquisa de caráter exploratório.

Assim, como ferramenta de coleta de dados foi elaborado e disponibilizado um questionário estruturado<sup>5</sup>, com perguntas fechadas, auto administrado, público e *online*, por meio do qual os respondentes poderiam colaborar voluntariamente com a pesquisa. A escolha por esta estratégia metodológica frente à dificuldade de delimitação do universo de agentes e experiências do campo não nos permitiu definir a amostra dos agentes atuantes no campo da pesquisa, ainda que tenha sido feito um trabalho de divulgação e mobilização para o preenchimento do questionário. Portanto, os dados levantados nos permitem formular questões e indicações sobre a atuação no campo da ATHIS que podem vir a ser aprofundadas em estudos futuros, porém não representam o universo de atuação em ATHIS. Enquanto resultados do questionário, os dados e percentuais são tratados nesta pesquisa como ordens de grandeza e estimativas, já que desconhecemos o universo e não utilizamos mecanismos de controle estatísticos. Sendo assim, devemos considerar a análise dos resultados sempre como hipóteses e não como conclusões.

---

<sup>5</sup> Ver Anexo 1 para consultar o questionário completo.

A divulgação do questionário para as organizações e profissionais independentes atuantes no campo foi promovida pelo CAU/RJ e entidades parceiras (BR Cidades, FNA, demais CAUs estaduais e CAU/BR), pela rede nacional de pesquisa do Observatório das Metrópoles e, sobretudo, através das redes pessoal e profissional dos integrantes da equipe executora da pesquisa, no sentido de motivar colegas profissionais atuantes no campo a preencherem o questionário. Contudo, em função da forma de aplicação do questionário, não foi possível controlar o grau de engajamento dos respondentes em potencial. Ao analisarmos o perfil dos respondentes e sua inserção territorial, podemos inferir que o alcance da divulgação teve reflexos importantes sobre os resultados obtidos, que apresentaram grande expressividade de agentes e experiências na região Sudeste do país (região de onde foi operacionalizada a pesquisa), em especial no estado do Rio de Janeiro, bem como um significativo número de grupos universitários.

Dentre as várias etapas da pesquisa, a elaboração do questionário e a definição das questões norteadoras foram as que mais demandaram investimento de trabalho da equipe junto a seus interlocutores, especialmente com a equipe do CAU/RJ. A formulação do instrumento de coleta buscou contemplar os interesses do Conselho, bem como as principais questões que provocaram a aproximação do mesmo com o grupo Habitação e Cidade para o desenvolvimento da pesquisa. Além disso, o instrumento buscou contemplar os principais pontos de discussão no campo da ATHIS, apoiando-se na revisão de literatura. Dentre as questões que o CAU/RJ buscava responder com a pesquisa destacam-se: conhecer as experiências em ATHIS e seus agentes, entendendo as particularidades dessas organizações; identificar os modos de participação popular nessas práticas; de onde partiram as demandas iniciais (especialmente se do poder público ou da própria mobilização popular); quais as formas de financiamento e remuneração dos profissionais (em especial arquitetos e urbanistas); além de diagnosticar os problemas na implementação da Lei Federal 11.888/08 no campo das políticas públicas.

Como diretrizes gerais, a entidade almejava a produção de um inventário de experiências em ATHIS que nutrisse o debate no campo (especialmente tendo em vista o Seminário que viria a ser realizado) e que funcionasse como instrumento de

incidência política na esfera municipal para as eleições de 2020, sistematizando experiências virtuosas ou que haviam enfrentado entraves relevantes. Ainda nas primeiras interlocuções, foi sugerida pelo Conselho a classificação dos agentes do campo da ATHIS em três grandes eixos: (1) melhorias habitacionais, (2) produção habitacional, (3) regularização fundiária. Assim como nos demais momentos da pesquisa, a interlocução entre a equipe executora e seus parceiros levou a novas formulações e, neste caso, à inclusão de um quarto eixo que seria (4) direito à cidade. A proposta de inclusão do eixo “direito à cidade” foi formulada pela equipe executora em resposta à intenção do Conselho de alcançar uma maior diversidade de agentes e experiências, incluindo profissionais que atuassem em diversas frentes de garantia do direito à cidade. Os eixos “melhorias habitacionais”, “produção habitacional” e “regularização fundiária” constituem campos conhecidos e consolidados da atuação profissional como assistência ou assessoria técnica e, assim, parte do público-alvo da pesquisa teria facilidade em se inserir nessas categorias. No entanto, parte dos profissionais que se pretendia alcançar com o questionário, em conversas preliminares com a equipe executora, afirmaram não se identificar como agentes do campo da ATHIS.

Além dos agentes que afirmaram que não se identificavam com o termo, alguns grupos afirmaram desenvolver ações que não se enquadram em nenhum dos três eixos, tais como: urbanização de assentamentos precários, provisão ou requalificação de espaços públicos e/ou comunitários, planos populares e outras ações no campo do planejamento urbano. O entendimento de ATHIS adotado na pesquisa, tal como explicitado na introdução, compreende também esses outros âmbitos de atuação. Este entendimento decorre de uma compreensão ampla da noção de moradia digna e do direito à cidade, conforme apresentado na revisão de literatura. No entanto, a ampliação do universo da pesquisa nos preocupava, considerando o tempo disponível para sua realização e a representatividade da amostra que seria alcançada.

Assim, entre maio e agosto de 2019, houve um enfrentamento da questão sobre os recortes espaciais e territoriais da pesquisa, mediando as intenções do Conselho e os limites acadêmicos. A princípio, nosso grupo entendia que seria melhor um recorte menor, mas com mais incidência para um conhecimento mais aprofundado e

amostral. Porém, os parceiros da pesquisa entendiam que seria melhor abrir mão de certos ganhos metodológicos e apostar numa ampliação dos recortes, com o intuito de atingir a maior quantidade possível do público-alvo, definido, por fim, nos recortes apresentados anteriormente.

Já com um primeiro esboço do questionário, a equipe executora da pesquisa foi convidada a apresentá-lo em uma oficina realizada com representantes de entidades parceiras e pesquisadores do campo. Dentre as questões levadas aos parceiros naquela oportunidade, podemos ressaltar a preocupação da equipe executora com o distanciamento dos técnicos do campo com relação à Lei Federal 11.888/08, que vinha sendo colocada como norteadora dos interesses do Conselho para esta pesquisa, e como a disputa de sentidos nesse campo poderia dificultar o alcance e a adesão do público-alvo ao questionário.

Por outro lado, havia o interesse dos parceiros em aproveitar a pesquisa como uma atividade mobilizadora em prol da prática, de popularização da legislação vigente, sensibilização dos gestores públicos e difusão do termo “ATHIS”. Como fruto desse debate, optou-se por utilizar o termo ATHIS ao longo da pesquisa, porém reafirmando seu sentido abrangente, que reúne as diversas práticas em prol da moradia digna (tal como apresentada na revisão da literatura) e, portanto, seus agentes. Nesse sentido, o título da pesquisa foi alterado para contemplar o entendimento mais amplo da prática em ATHIS e para que os agentes, na sua diversidade, pudessem se identificar como participantes. Finalmente, o título atribuído foi: “Pesquisa Nacional de agentes que atuam em prol da Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social e do direito à moradia digna”.

Este breve relato da interlocução com parceiros é exemplar das diversas trocas que implicaram em escolhas de caminhos metodológicos ao longo do desenvolvimento da pesquisa e definição das principais questões norteadoras.

### **Operacionalização da pesquisa**

A elaboração do questionário disponibilizado ao público foi constituída por duas etapas anteriores à versão final (ver anexo 1). Após a elaboração de uma versão

preliminar, discutida internamente pela equipe de pesquisa, foram realizadas duas etapas de “pré-teste” e “teste”, nas quais as versões intermediárias foram adaptadas de acordo com os retornos obtidos. Nestas fases, o questionário foi administrado a um grupo de profissionais atuante na área, de diferentes perfis e regiões do país, com a finalidade de: (i) testar a aplicabilidade das questões formuladas, (ii) testar a operacionalização online do questionário, (iii) validar as faixas e opções de respostas para as questões de múltipla resposta e múltipla escolha.

No “pré-teste” e “teste” algumas das perguntas foram colocadas como questões abertas, a fim de obter respostas discursivas que foram utilizadas para auxiliar na validação das possibilidades de respostas elaboradas para as questões de múltipla escolha. A versão final do questionário possuía apenas uma questão aberta, relativa aos desafios enfrentados pelos profissionais e organizações na manutenção de suas atividades, bem como um campo aberto para preenchimento de informações complementares relevantes sobre a ação. Ambos com um limite máximo de 500 caracteres para a resposta.

Uma vez finalizada a versão final, esta foi disponibilizada ao público através de um link online em uma página na internet que continha a descrição da pesquisa, de seus objetivos e a indicação de seu público-alvo. O mesmo foi acompanhado de instruções e de um glossário<sup>6</sup>, a fim de esclarecer o propósito de sua aplicação e facilitar o preenchimento.

O questionário coletou dados quantitativos, tanto dos agentes quanto de suas ações, e foi estruturado em duas seções distintas:

- Seção A: coletou dados quantitativos sobre os agentes que atuam em prol do direito à moradia digna e à cidade, sejam estas organizações ou profissionais independentes. As informações buscaram caracterizar o perfil de cada agente e de sua equipe de trabalho e qualificar sua atuação prática na área.

---

<sup>6</sup> O glossário foi constituído dos seguintes termos: “organização”; “residência universitária”; “provisão de moradia com autogestão”; “trabalho social” e “incidência política na agenda pública”. A descrição de cada termo acompanhava as questões que faziam referência aos mesmos ao longo do questionário.

- Seção B: coletou dados quantitativos sobre as ações, casos, experiências, intervenções, projetos em prol do direito à moradia digna e à cidade. As informações buscaram caracterizar o perfil dessas ações e também identificar as suas potencialidades, seus desafios e limites.

O questionário ficou disponível *online* durante aproximadamente um mês. Nesse período, a taxa de resposta foi monitorada semanalmente para acompanhar o total de respostas recebidas, bem como a representatividade geográfica das mesmas. Isto é, acompanhou-se a quantidade de respostas por cidade e estado de modo a orientar o trabalho de mobilização das redes para o preenchimento.

As respostas foram categorizadas nos quatro eixos pré-estabelecidos<sup>7</sup>, tal como esclarecido previamente.

O enquadramento dos agentes e das ações em cada um dos eixos foi atrelado às Questões 17 (Seção A) e 03 (Seção B), sobre o principal campo de atuação do respondente e como o respondente classifica a ação, respectivamente. As questões apresentavam treze possibilidades de resposta, conforme reproduzidas abaixo:

- a. Regularização fundiária
- b. Melhorias habitacionais
- c. Provisão de moradia com autogestão (provisão de novas moradias em processos nos quais se estabelecem a participação e o controle coletivo de todos os integrantes na gestão e na tomada de decisão com vista a superar a diferença entre aqueles que tomam as decisões e os que as executam)
- d. Provisão de moradia sem autogestão
- e. Provisão de moradia por empreitada global
- f. Urbanização de assentamentos precários
- g. Provisão ou requalificação de espaços públicos e/ou comunitários
- h. Trabalho social (trabalho de apoio à organização e mobilização visando melhorar a qualidade de vida das pessoas, a defesa dos direitos sociais, o acesso à cidade, à moradia e o incentivo e fortalecimento da participação e organização autônoma da população)
- i. Formação política e mobilização social

---

<sup>7</sup> Dentre todas as respostas recebidas, foram desconsiderados três respondentes: uma organização que respondeu duas vezes ao questionário e dois profissionais independentes que tinham como única experiência cadastrada a realização de “Trabalho Final de Graduação” em que não houve uma demanda concreta ou participação popular. Além disso, também foi desconsiderada como experiência uma tese de doutorado sobre ATHIS, que não se configurava como uma atuação no campo.

- j.** Incidência política na agenda pública (trabalho que visa influenciar politicamente projetos, planos e ou políticas públicas na direção da garantia do direito à moradia digna e/ou à cidade)
- k.** Planejamento urbano
- l.** Educação e formação profissional
- m.** Não sei responder”

No eixo “regularização fundiária” foram enquadrados automaticamente os agentes e ações identificados através da opção “regularização fundiária”. No eixo “produção habitacional”, foram enquadradas automaticamente as ações que selecionaram uma das seguintes opções: “provisão de moradia com autogestão” ou “provisão de moradia sem autogestão” ou “provisão de moradia por empreitada global”. No eixo “melhorias habitacionais”, foram enquadradas automaticamente as ações identificadas através da opção “melhorias habitacionais”. No eixo “direito à cidade” foram enquadradas automaticamente as ações identificadas através das opções “urbanização de assentamentos precários” ou “provisão/requalificação de espaços públicos e/ou comunitários” ou “Incidência política na agenda pública” ou “planejamento urbano”.

Os respondentes que indicaram as opções “Trabalho social” ou “Formação política e mobilização social” ou “Educação e formação profissional” foram enquadradas nos eixos a partir da resposta indicada na Questão 18 sobre o campo de atuação secundário do agente. Para estes casos, os que indicaram mais de uma resposta na Questão 18 foram enquadrados no eixo “Direito à cidade”. O quadro abaixo resume o enquadramento das ações por eixos:

OPÇÕES DE CAMPO DE ATUAÇÃO LISTADOS NO QUESTIONÁRIO	EIXOS PRÉ-DEFINIDOS
Regularização Fundiária	Regularização Fundiária
Provisão de Moradia com autogestão	Produção Habitacional
Provisão de Moradia sem autogestão	
Provisão de Moradia por empreitada global	
Melhorias Habitacionais	Melhorias Habitacionais
Urbanização de Assentamentos Precários	Direito à cidade
Provisão/Requalificação de espaços públicos e/ou comunitários	
Incidência Política na agenda pública	
Planejamento Urbano	
Trabalho Social Formação política e mobilização social Educação e formação profissional	Estes 03 campos de atuação foram alocados entre os eixos a partir de uma análise caso a caso

Finalmente, as questões norteadoras da pesquisa estabelecidas a partir do diálogo entre os diversos grupos envolvidos orientaram a elaboração de um plano de tabulação e cruzamentos que foi implementado a partir dos dados coletados pela pesquisa. Tais questões e os resultados obtidos na primeira etapa de consolidação dos resultados foram utilizados para subsidiar o debate no Seminário Nacional de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social, realizado em novembro de 2019 pelo CAU, BR Cidades e FNA, na cidade do Rio de Janeiro. Além disso, os resultados preliminares foram apresentados nos eventos: (i) II *Seminário de Extensão Universitária: Diálogos e perspectivas*, organizado pela FAU USP e realizado em 2019 e (ii) I Fórum de Assessoria Técnica Popular do Nordeste, realizado em 2020, no qual foram apresentados os resultados preliminares enfocando as experiências na Região Nordeste.

Por fim, as experiências levantadas ao longo da pesquisa foram sistematizadas em 112 fichas técnicas que reúnem informações relevantes sobre cada uma das ações levantadas na segunda seção do questionário (ver anexo 2).

### 3. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nos resultados gerais da pesquisa, houve no total 183 respondentes, sendo 54% (99) representantes de organizações de profissionais e/ou estudantes organizados, independentemente de sua forma jurídica, incluindo aqueles não formalizados, que

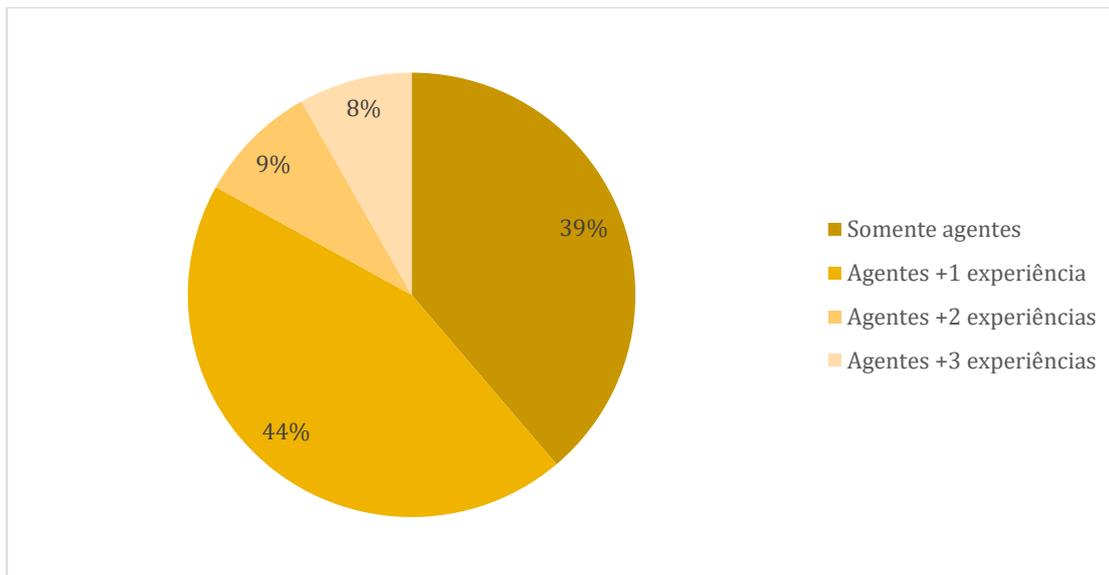
atuem em prol do direito à moradia digna e à cidade, como por exemplo escritórios de arquitetura, grupos universitários de pesquisa e extensão, ONGs, coletivos profissionais, escritórios modelo de arquitetura (EMAUs), entre outros. Os outros 46% (84) se identificaram como “profissionais independentes”, isto é, que trabalham, em geral, individualmente (Figura 1). Dos 84 “profissionais independentes”, 54% (45) não cadastraram experiências e, dos 46% (39) que cadastraram, apenas 6 cadastraram mais de uma experiência.

**Figura 1-** Percentual de respondentes por forma de organização



Foram registradas um total de 158 experiências. Dentre os 183 agentes que responderam ao questionário da pesquisa, 39% (72) responderam apenas os dados sobre o perfil do agente e/ou de sua equipe de trabalho, e sobre a sua atuação prática na área. Entre os 61% (112) agentes que preencheram informações sobre experiências específicas de sua atuação, 44% (81) registraram uma experiência, 9% (16), 2 experiências e 8% (15), 3 (Figura 2).

**Figura 2-** Percentual de respondentes por dados disponíveis

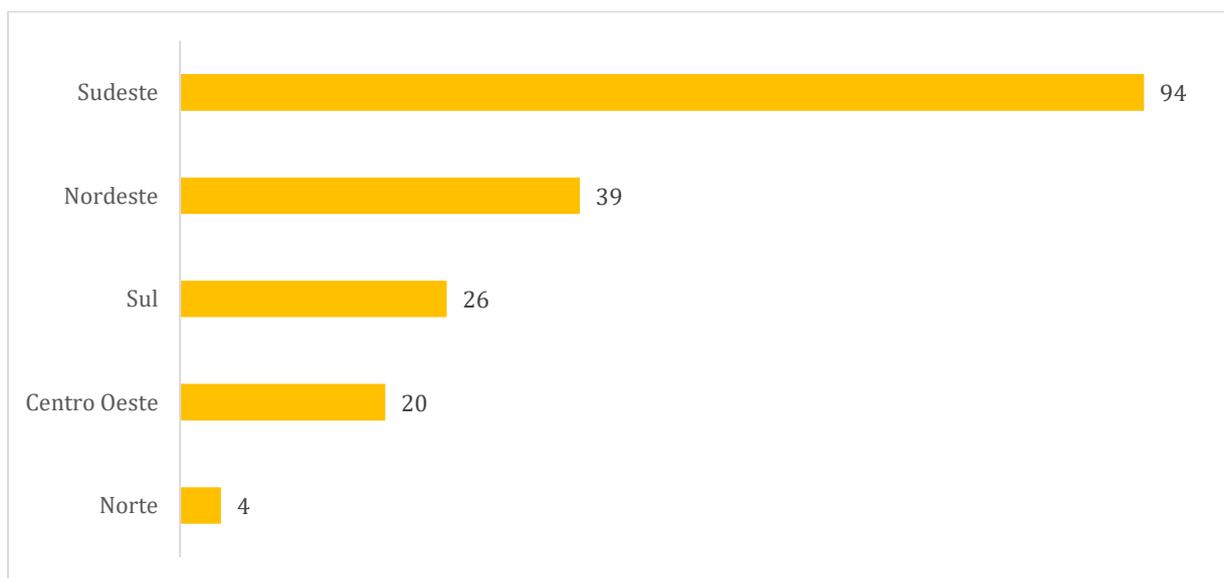


Fazendo uma análise da distribuição regional dos resultados, percebe-se um possível reflexo regional em função da origem da pesquisa, já que a equipe é majoritariamente do Sudeste e, em especial do Rio de Janeiro, sede da UFRJ e o CAU/RJ. Ainda que, como visto na revisão da literatura, o campo de ATHIS tenha sido desenvolvido inicialmente no Sudeste, imagina-se que haja um número significativo de agentes nas outras regiões que não foi alcançado pela pesquisa. Estados como Pará, Roraima, Tocantins, Acre, Maranhão e Mato Grosso do Sul não apareceram na pesquisa e outros (Amapá, Amazonas, Piauí, Rio Grande do Norte e Rondônia, por exemplo) estão subnotificados.

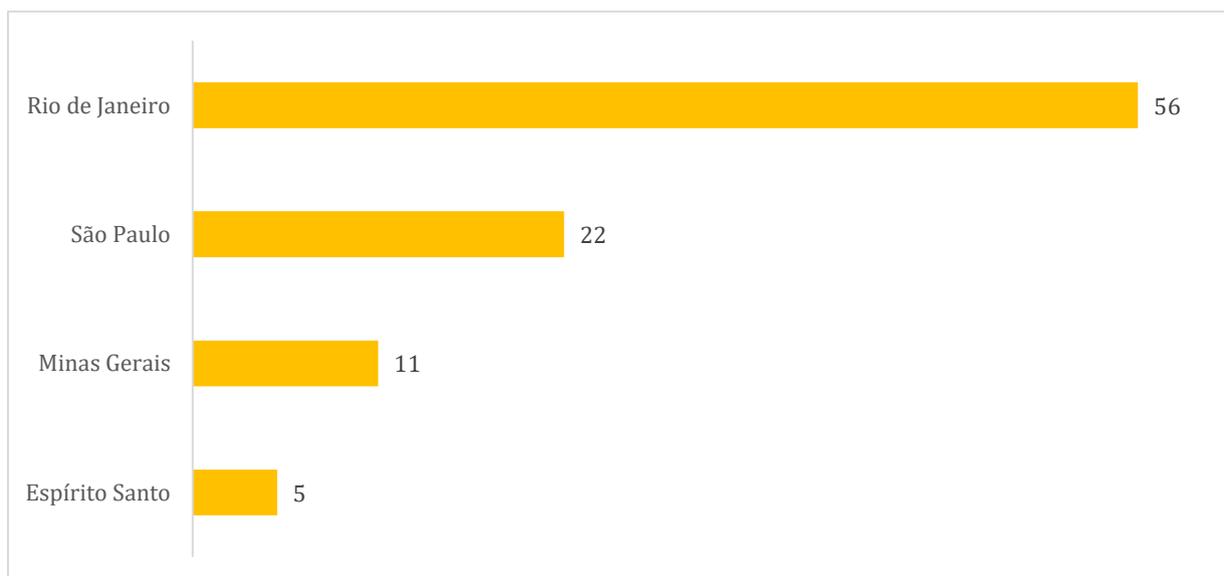
Nos resultados do levantamento, 51% (94) dos agentes são do Sudeste, 21% (39) são do Nordeste, 14% (26) são do Sul, 11% (20) são do Centro-Oeste e 2% (4), do Norte (Figura 3). O provável viés fica mais claro analisando a distribuição dos agentes no Sudeste (Figura 4), já que 60% (56) dos respondentes do Sudeste, que correspondem a 31% do total dos respondentes, são do Rio de Janeiro<sup>8</sup> e 23% (22) dos respondentes do Sudeste, que correspondem a 12% do total dos respondentes, são de São Paulo.

<sup>8</sup> Cabe mencionar, como apresentado na Parte 2- Metodologia, que a rede de respondentes esteve também muito vinculada à rede profissional e pessoal da equipe da pesquisa, o que também colabora para essa concentração de respostas no Rio de Janeiro.

**Figura 3-** Número de agentes por região



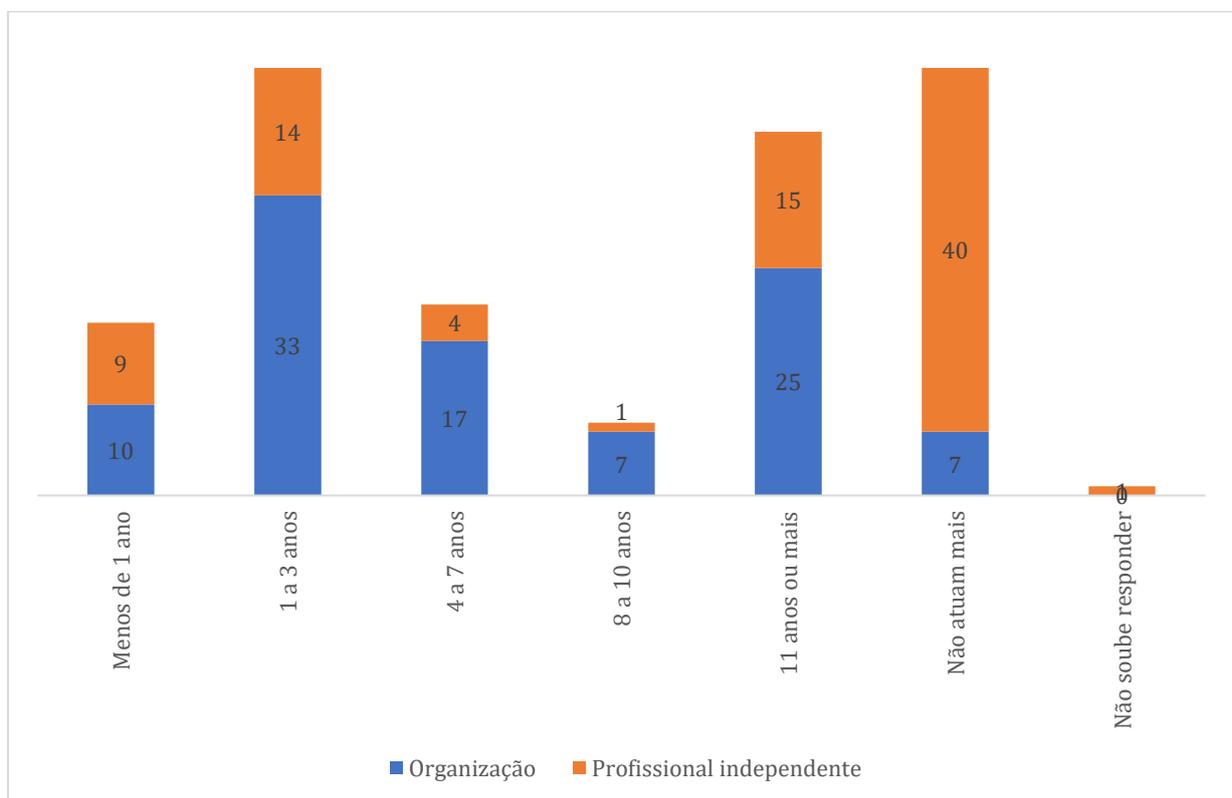
**Figura 4-** Número de agentes por estados da região Sudeste



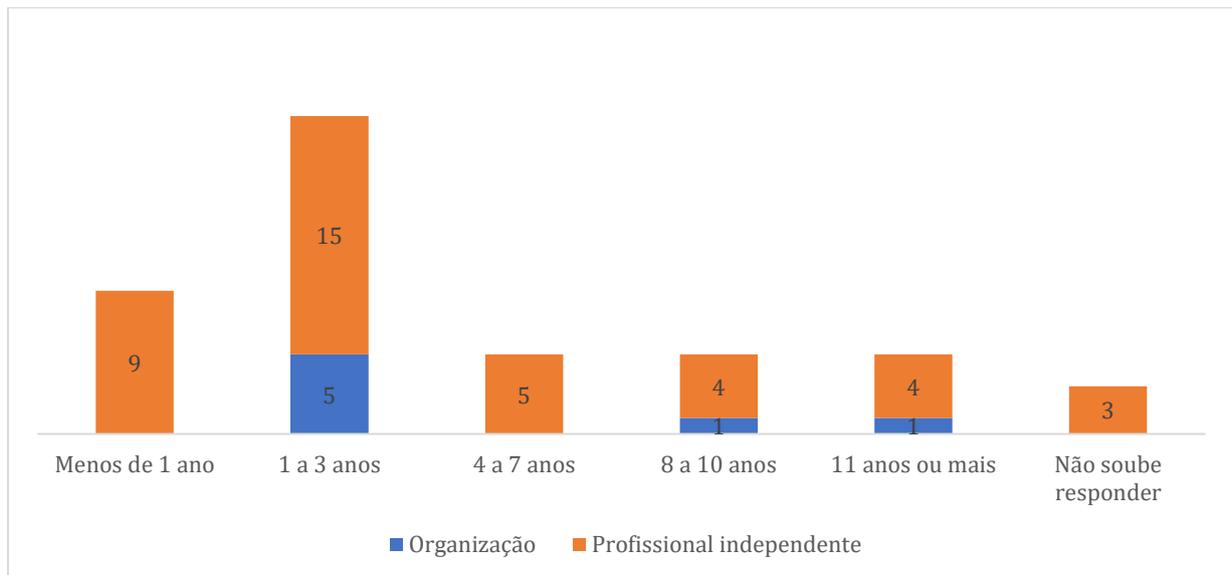
Complementando o perfil da área de atuação desses agentes, 78% (144) atuam em área urbana, 19% (35) em área rural e urbana, 2% (4) em área rural e 1% (1) não soube responder, indicando uma concentração da rede mapeada na área urbana, conforme esperado, mas também um número considerável de agentes que atuam em áreas rurais.

Com relação ao tempo de atuação, 36% do total de agentes, entre organizações e profissionais independentes, atuam no campo há menos de 3 anos. Um dado que chamou atenção foi o alto percentual (26%) de agentes inativos, sendo que se analisarmos apenas os profissionais independentes, esse percentual sobe para 48% (40 de 84) (Figura 5). Em função disso e do formulário ter sido hospedado no site do CAU, complementado pelo tempo de atuação desses agentes inativos – 60% deles (24 de 40) atuou menos de 3 anos (Figura 6) - levantamos a hipótese que esses profissionais podem ter compreendido o questionário como um instrumento de cadastro de atuação para possíveis aberturas e oportunidades de atuação profissional, mais do que como um levantamento sobre o campo.

**Figura 5-** Número de agentes por tempo de atuação e por forma de organização



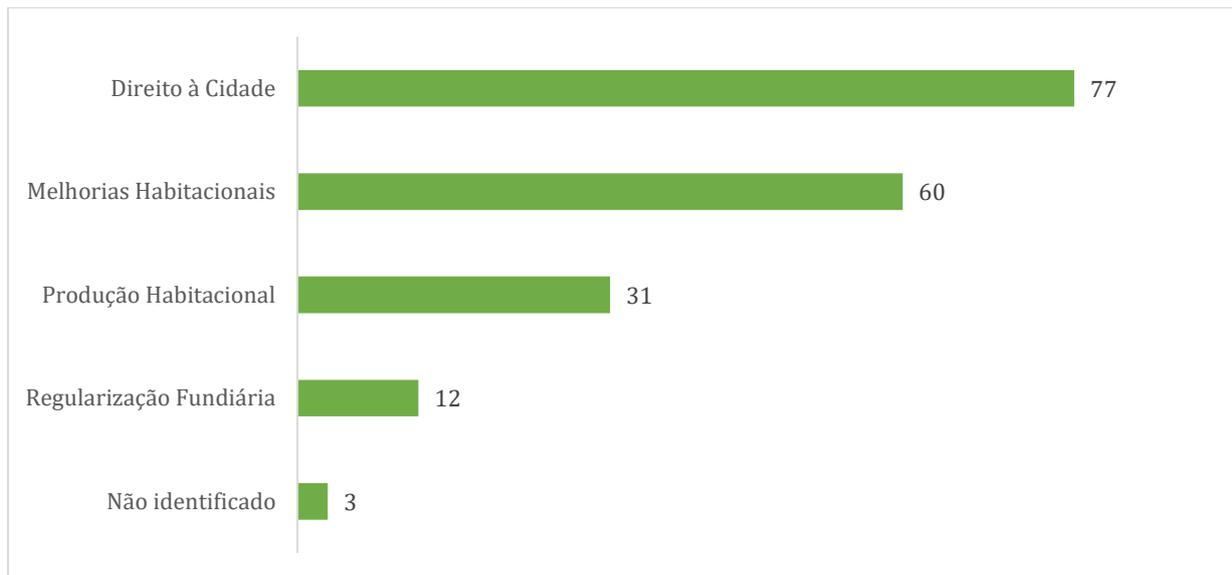
**Figura 6-** Número de agentes inativos por tempo que atuaram e por forma de organização



Conforme classificação de campos de atuação por eixos apresentada na Metodologia (Item 2), os agentes do campo de ATHIS que responderam ao questionário se concentram nos eixos de “direito à cidade” e “melhorias habitacionais”, com 42% (77) e 33% (60), respectivamente. O outro quarto dos agentes se distribui entre os eixos de “regularização fundiária”, “produção habitacional” e “não identificado”, com 6% (12), 17% (31) e 2% (3), respectivamente. (Figura 7).

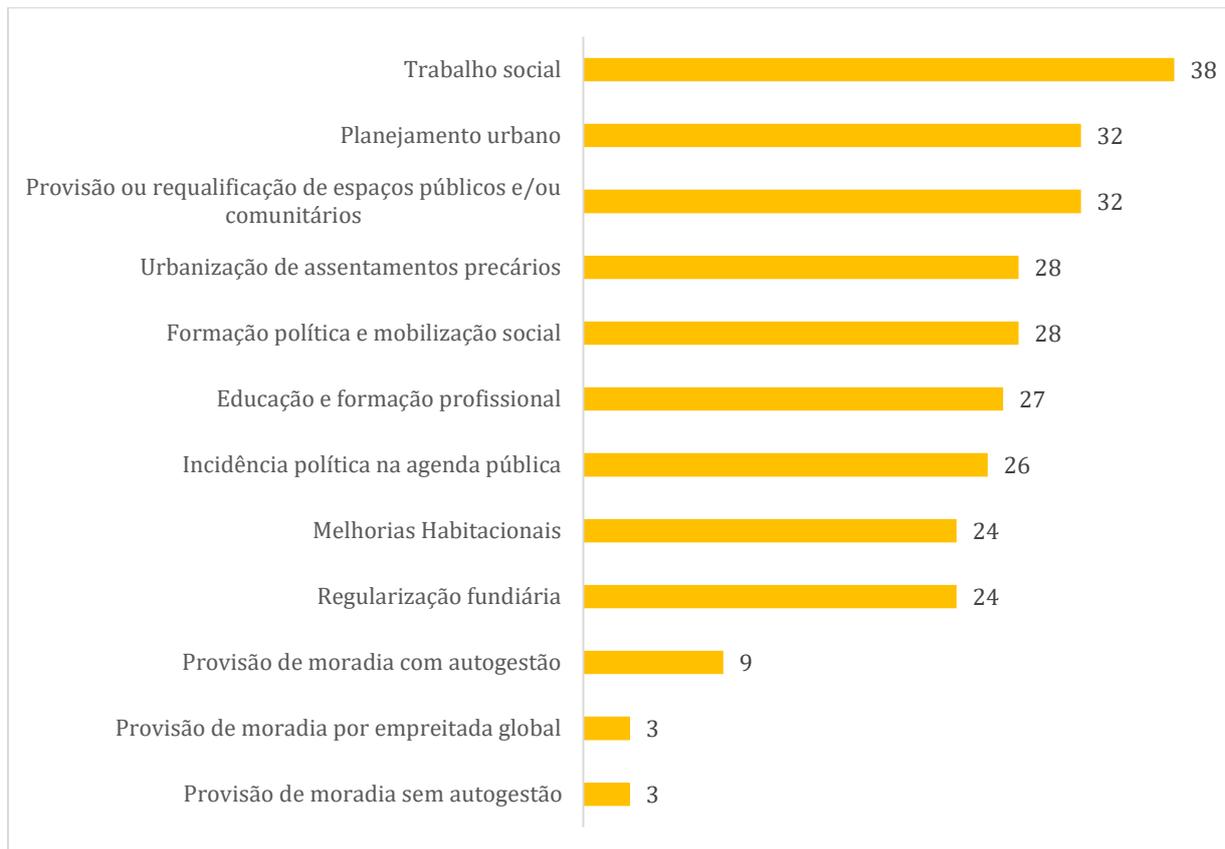
Cabe destacar que a classificação dos agentes por eixos foi um grande desafio, em função das escolhas na elaboração do questionário. Foi criada uma pergunta sobre o campo principal de atuação do agente que podia ser respondida apenas com uma opção. Depois dela, havia uma pergunta sobre os campos secundários de atuação. Porém, em um número significativo de agentes, o campo respondido como principal não era o mesmo campo das experiências registradas, o que gerou muitas dúvidas na equipe sobre como deveria ser essa classificação, já que os eixos estavam associados a um determinado agrupamento de campos de atuação. A opção, na maior parte dos casos, foi por manter a resposta original para o “principal campo de atuação”. Contudo, em alguns casos específicos, a partir da análise das informações complementares e sites indicados, optamos por alterar a classificação do eixo.

**Figura 7- Número de agentes por eixo**



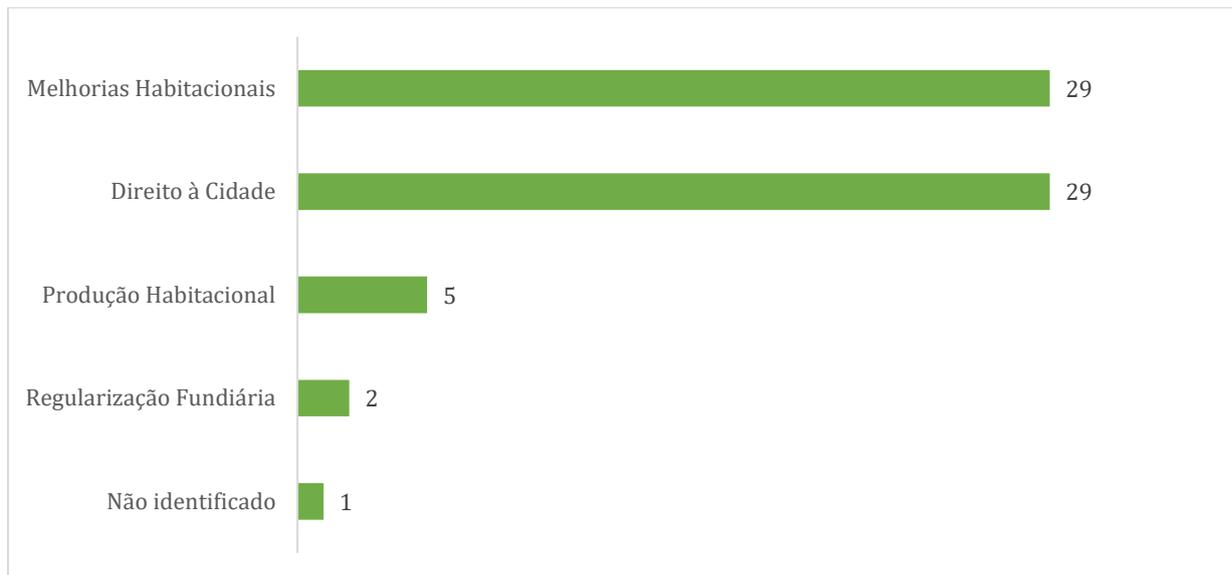
Como o eixo do “direito à cidade” é o mais heterogêneo e o que agregou mais agentes, achamos relevante apresentar a distribuição dos campos de atuação dentro do eixo (Figura 8). Dos 77 agentes nesse eixo, 21% (16) foram assim classificados por atuarem em mais de um eixo, sendo que desses 3 tinham respondido que seu “campo principal de atuação” era “melhorias habitacionais” e 2, “produção habitacional”. O número total de campos supera o número de agentes no eixo pois cada agente assinalou até doze campos de atuação. Os campos mais mencionados foram: “Trabalho social” (49% - 38 - dos agentes do eixo), “Provisão e/ou requalificação de espaços públicos” (42% - 32- dos agentes do eixo), “Planejamento urbano” (42% - 32- dos agentes do eixo) e “Urbanização de assentamentos precários” (36% - 28- dos agentes do eixo). Vale destacar a importância do “trabalho social”, que é um campo em princípio majoritariamente do Serviço Social e de outras áreas das Ciências Humanas, e também que, apesar do grande número de grupos universitários presentes na amostra, esses dados mostram que os agentes estão mais focados na formação e atuação profissional do que em uma formação e/ou mobilização sociopolítica.

**Figura 8-** Número de agentes do eixo “Direito à cidade” por campo de atuação



A distribuição dos novos agentes (que iniciaram sua atuação no campo nos últimos 3 anos) se altera um pouco com relação àquela do total dos agentes, já que o maior número de agentes está classificado no eixo “melhorias habitacionais” (44% - 29), além do eixo “direito à cidade” (44% - 29). A parcela de novos agentes no eixo “produção habitacional” (8% - 5) é significativamente menor (Figura 9).

**Figura 9-** Número de novos agentes (iniciaram sua atuação nos últimos 3 anos) por eixo



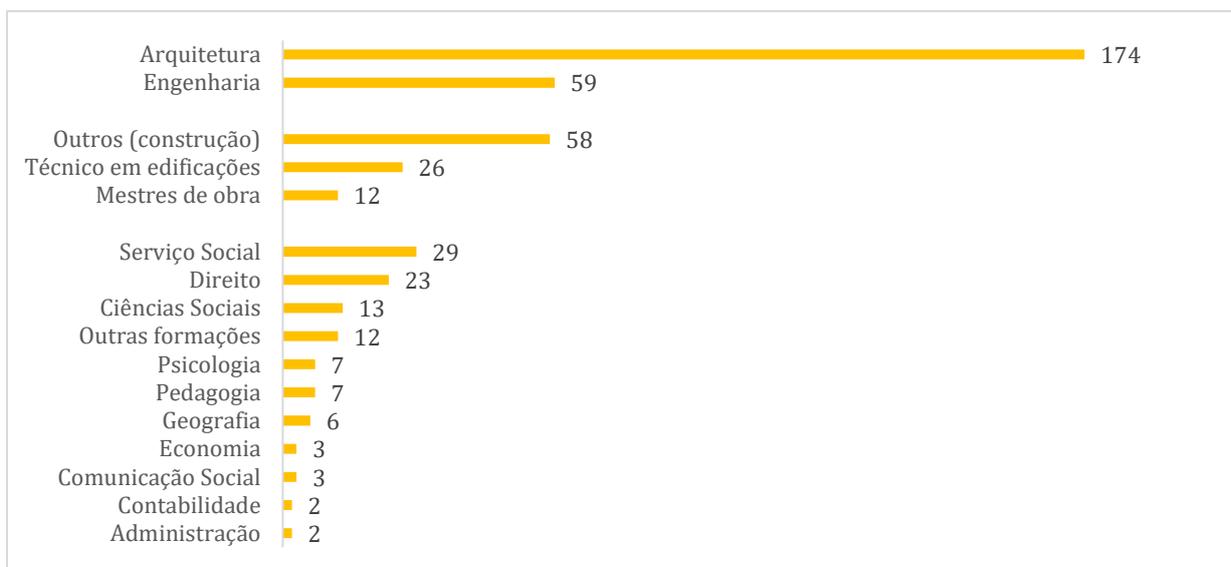
Vale destacar também que ao analisarmos a distribuição do tempo de atuação dos agentes no eixo “direito à cidade”, 34% (26) dos agentes atuam ou atuaram por 11 anos ou mais, enquanto no total dos respondentes essa parcela é relativa a 25% (45). Já com relação aos agentes que atuam ou atuaram por até 3 anos nesse eixo, foram 43% (33), enquanto esse percentual para o universo da pesquisa foi de 52% (95).

Com relação à composição das equipes, dos 183 agentes, a arquitetura está presente na formação de 95% (174). A engenharia é a segunda formação mais presente, em 32% (59) dos 183 agentes. Em seguida, o perfil de profissionais mais presentes nas equipes são os trabalhadores da obra. Ao se analisar de forma consolidada o bloco desses trabalhadores, abrangendo “mestres de obra”, técnicos em edificação” e “outros (construção)” fica evidente a grande presença desses perfis nas equipes, superando o número de engenheiros. A terceira e quarta formações universitárias mais presentes nas equipes são, respectivamente, o serviço social (16% - 29) e o direito (13% - 23), que compõem as outras áreas além da arquitetura e engenharia mais frequentemente encontradas no campo de ATHIS, realizando o “Trabalho Social” e a “Assessoria Jurídica” (Figura 10).

Em 48% (88) dos agentes a equipe é composta apenas por arquitetos/as e em 4% (7) a composição também é de apenas uma formação que não arquitetura - direito,

engenheira, ciências sociais e técnico em edificações. Em 18% (33) dos agentes, a equipe possui duas formações diferentes e em 30% (55), três ou mais formações diferentes. Dos 183 agentes, 49% (89) costumam contratar profissionais para complementar a equipe. Desses, 50 são equipe compostas originalmente por apenas uma formação. Portanto, apenas 49 organizações com a equipe com mais de uma formação contrata outros profissionais para complementar a equipe. Das 158 experiências, 50% (79) assinalaram a "interdisciplinaridade da equipe" como ponto positivo e 7% (11), a "falta de capacidade técnica adequada na equipe" como desafio.

**Figura 10-** Formações profissionais presentes em equipes



A natureza das organizações revela um viés importante dessa amostra, em função da utilização das redes da equipe de pesquisa - Observatório das Metrópoles e do BR Cidades - ter sido o principal método de divulgação do levantamento. Além disso, o fato do Artigo 4 da Resolução nº 7/2018 do Ministério da Educação ter definido a obrigatoriedade de que 10% do total de créditos disciplinares da graduação sejam cumpridos em projetos, atividades ou programas de extensão também pode ter aumentado o número de grupos universitários atuando no campo de ATHIS.

Dos 183 agentes, 24% (43) são grupos universitários, que representam 43% das organizações. Com relação ao financiamento, 24% (44) elencaram o "financiamento universitário (via bolsas ou recursos para pesquisa, ensino e/ ou extensão)" como

uma das principais fontes de financiamento nos últimos 3 anos e 18% (33), nos últimos 10 anos. Das 158 experiências cadastradas, 22% (34) tiveram como fonte de financiamento o “financiamento universitário”. Entre os pontos positivos, apenas 3% (5) das 158 experiências cadastradas citaram a “formação acadêmica e profissional mais humanizada”.

Também vale destacar a presença significativa das empresas entre as organizações que responderam o levantamento sobre atuação em ATHIS – 11% (11) do total de organizações-, bem como a atuação ainda pequena, mas que merece destaque, dos movimentos sociais no campo – 4% (4) do total de organizações.

**Figura 11-** Número de organizações por natureza



Em função do alto número de grupos universitários, fizemos uma análise específica dessa categoria. Vale ressaltar o papel relevante da universidade pública em ATHIS, devido à alta concentração - 79% (32) - dos grupos universitários identificados, entre grupos de extensão, pesquisa e residência universitária, de universidades públicas (Figura 12). Também se nota a expressividade crescente da extensão universitária privada, representando 21% (11) dos grupos universitários.

Porém, o percentual das universidades públicas se torna ainda mais importante ao se constatar que das 516 instituições que ofertavam o curso de arquitetura e urbanismo no Brasil em 2018, conforme o Censo da Educação Superior (INEP, 2018), apenas 12% (63) eram públicas. Por outro lado, nos dados de número de concluintes no país, a arquitetura e urbanismo era o 16º curso do Brasil que mais forma novos profissionais, sendo 54,2% (23.085) em instituições públicas e 45,8% (19.522) em privadas. Era o 9º maior curso em número de matrículas no Brasil e também o 9º com mais cursos presenciais em instituições privadas em 2018. Das 161.170 matrículas em Arquitetura e Urbanismo no país, em 2018, 85,3% (127.575) eram em instituições privadas (INEP,2018). Contudo, ainda não se percebe o efeito do mínimo de 10% de créditos em extensão do Plano Nacional de Educação/Resolução 07/2018, pois essa é uma adequação dos currículos que ainda está em processo.

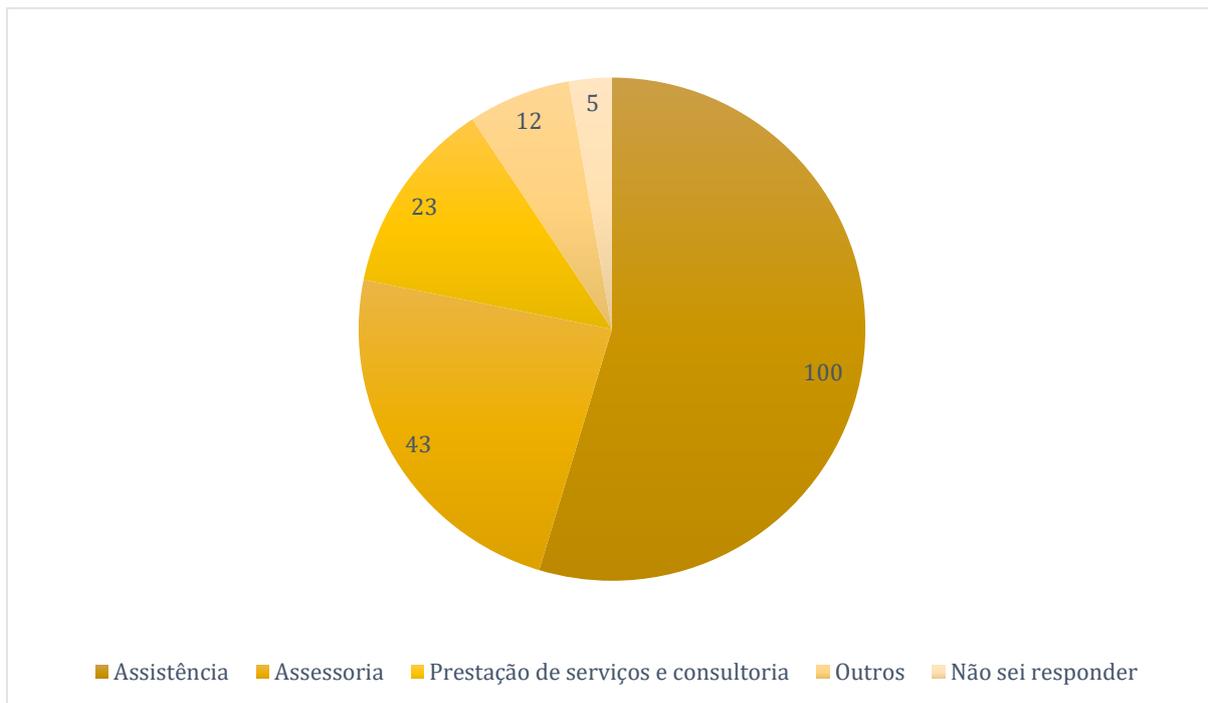
**Figura 12-** Número de organizações universitárias por tipo



Conforme a revisão da literatura (Item 1.3), há um debate importante em torno da classificação dos tipos de atuação no campo de ATHIS, havendo uma oposição central no debate entre “assistência” e “assessoria” técnica. A distribuição da primeira resposta à pergunta "Como classifica a sua prática profissional?", que era de múltipla resposta, foi da seguinte forma: 55% (100) de “assistência técnica”, 24% (43) de

“assessoria”, 13% (23) “prestação de serviços” e “consultoria”, 7% (12) “outros” (“formação complementar”, “pesquisa” e outros) e 3% (5) não souberam responder, conforme Figura 13. Entre os 100 agentes que responderam "assistência", 42 deles também incluíram como segunda resposta "assessoria". Ao contrário não houve nenhuma ocorrência. A maior incidência de segunda ou terceira ou quarta resposta foi de “prestação de serviços” e “consultoria”, tendo alcançado, respectivamente, um total de 63 e 50 respostas, portanto 45 agentes além daqueles que declararam estas como sua principal prática.

**Figura 13-** Percentual de agentes segundo a primeira classificação de sua prática profissional



A distinção feita no campo teórico – assistência X assessoria - não reflete como os agentes que participaram desse levantamento olham a sua prática. Segundo Demartini (2016), Santo Amore (2016) e Kapp (2018), os agentes que se identificam com esses termos se diferem, principalmente, (i) nos princípios que orientam suas práticas na relação com os grupos com os quais ou para os quais trabalham, (ii) na preferência por uma forma de organização da demanda; e (iii) na composição das equipes.

No universo possibilitado por este levantamento, identificamos diferença significativa em apenas um desses 3 aspectos: na forma de organização da demanda. Contudo, vale lembrar os limites desta pesquisa, principalmente no que diz respeito à sua amostra, que, como sabemos, não é tão significativa nem representativa da realidade brasileira como um todo, especialmente quando considerados apenas os respondentes que registraram experiências, já que os dados analisados são relativos às experiências cadastradas.

Entre os agentes que identificaram a sua prática como “assessoria”, 76% atenderam na maior parte de suas experiências registradas demandas organizadas coletivamente, enquanto entre aqueles que identificaram a sua prática como “assistência” o percentual se reduz para 58% (Tabela 1).

Dentre os respondentes da pesquisa que identificaram a sua prática como “assessoria”, observou-se que há participação popular um pouco maior (90%) nas experiências do que aqueles que identificaram sua prática como “assistência” (80%) e “outros” (74%) (Tabela 2), com destaque para a “participação da população” dos envolvidos como um ponto positivo nas respostas – 84% das experiências de agentes que se identificaram como “assessoria” indicaram a “participação popular” entre os pontos positivos, enquanto no caso das experiências de agentes que se identificaram como “assistência” foram 62%.

Ou seja, mesmo que a organização coletiva e a “participação popular” sejam mais significativas entre agentes identificados como “assessoria”, também para os agentes identificados como “assistência”, ambas são prioritárias.

Finalmente com relação à composição da equipe, percebemos nos resultados que a multidisciplinariedade se apresentou um pouco maior nas equipes de agentes que identificaram sua prática como “assistência” (34%) do que aquelas que se identificaram como “assessoria” (30%), divergindo do debate teórico (Tabela 3). Mais uma vez, vale destacar que pelo tamanho e significância da amostra, essa diferença não deve ser considerada significativa.

Mesmo entre os grupos universitários, que seriam potencialmente os mais ligados ao debate teórico, não foi possível identificar diferença entre as categorias “assessoria” e “assistência”. Dos 43 grupos universitários, 23 se identificam como assessoria, sendo que 12 desses também se identificam como assistência técnica e alguns também como “prestação de serviços”, formação complementar” e “consultoria”.

**Tabela 1 –** Relação entre tipo de atuação e organização da demanda nas experiências

Como a demanda da população foi organizada?	Primeira resposta					
	Assessoria		Assistência		Outros	
Coletivamente na maior parte das experiências	22	76%	37	58%	4	21%
Individualmente na maior parte das experiências	5	17%	18	28%	5	26%
Não respondeu	2	7%	9	14%	10	53%
Total	29		64		19	
Não registrou experiências	14		36		21	

**Tabela 2–** Relação entre tipo de atuação e participação popular nas experiências

Houve participação popular?	Primeira resposta					
	Assessoria		Assistência		Outros	
Sim em ao menos uma experiência	26	90%	51	80%	14	74%
Não	1	3%	11	17%	2	10%
Não respondeu	2	7%	2	3%	3	16%
Total	29		64		19	
Não registrou experiências	14		36		21	

**Tabela 3–** Relação entre tipo de atuação e composição da equipe

No de formações na equipe	Primeira resposta					
	Assessoria		Assistência		Outros	
Uma formação	24	56%	46	46%	25	63%
Duas formações	6	14%	20	20%	7	18%
Mais que duas formações	13	30%	34	34%	8	20%
Total	43		100		40	

No que diz respeito às fontes de financiamento dos agentes e das experiências, optamos por consolidar a análise com um número menor de categorias para as respostas de modo a facilitar a leitura, conforme a Tabela 4. O questionário incluiu perguntas sobre o financiamento nos últimos 3 anos e nos últimos 10 anos, em função da conjuntura política que sofreu uma grande mudança em 2016, com o impeachment da presidente Dilma Rousseff, e redução gradativa dos investimentos federais em política habitacional.

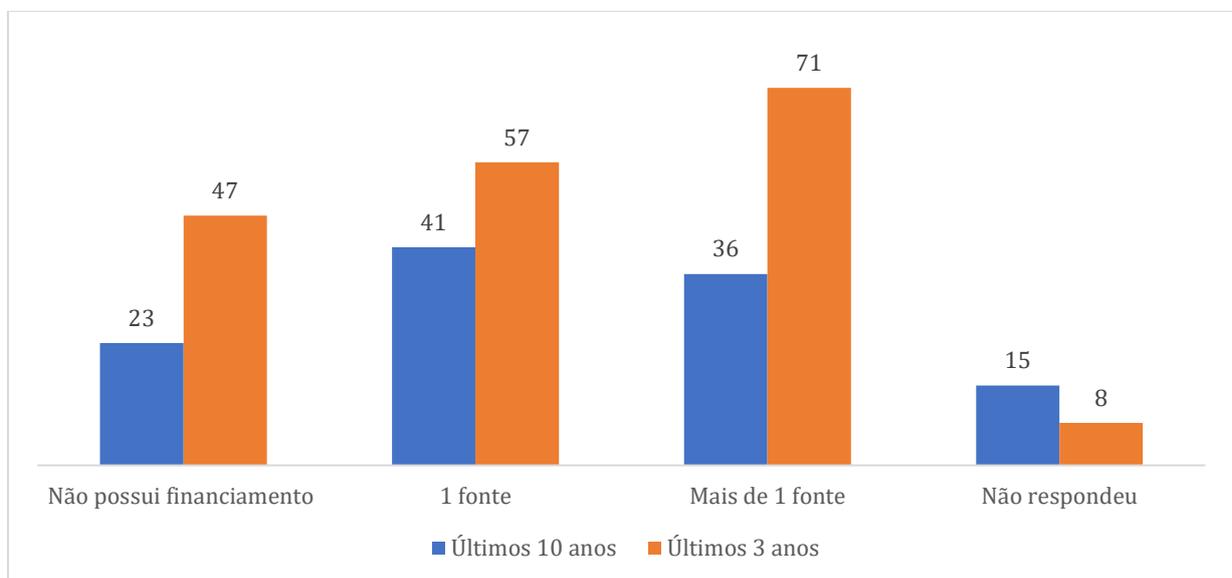
**Tabela 4**– Consolidação das categorias de fontes de financiamento listadas no questionário

<b>Opções listadas no questionário</b>	<b>Leitura consolidada</b>
Doações	Doações
Financiamento coletivo (crowdfunding)	
Editais de fomento dos CAU UF's	Editais
Editais públicos de fomento	
Recursos de organizações sociais sem fins lucrativos	Recursos de org. sociais s/ fins lucrativos
Termo de ajustamento de conduta (TAC)	Empresas (resp. social / TAC)
Recursos de parcerias com instituições privadas	
Verba de responsabilidade social	
Recursos estaduais	Recursos municipal e estadual
Recursos municipais	
Minha Casa Minha Vida Entidades	Financiamento federal
Minha Casa Minha Vida faixa 1	
PNHR - Minha Casa Minha Vida Rural	
Recursos federais	
Financiamento internacional	Financiamento internacional
Financiamento universitário	Financiamento universitário
Fundo próprio das famílias atendidas	Fundo próprio das famílias
Não possui financiamento	Não possui financiamento
Outros	Outros

Inicialmente, ao analisarmos a diversidade de fontes de financiamento por agente ativo, portanto com totais diferentes em cada período – 183 nos “últimos 3 anos” e 115 nos “últimos 10 anos”-, identificamos uma parcela significativa – 26% nos últimos 3 anos e 20% nos últimos 10 anos- que atua e/ou atuou sem financiamento (Figura 14). Esta informação revela que, apesar de ser um campo profissional, a ATHIS

também é um campo de militância, com muito trabalho não remunerado. A partir do gráfico, também é possível identificar que no período mais recente houve uma maior diversificação de fontes.

**Figura 14-** Número de agentes por número de fontes de financiamento nos últimos 3 e 10 anos<sup>9</sup>

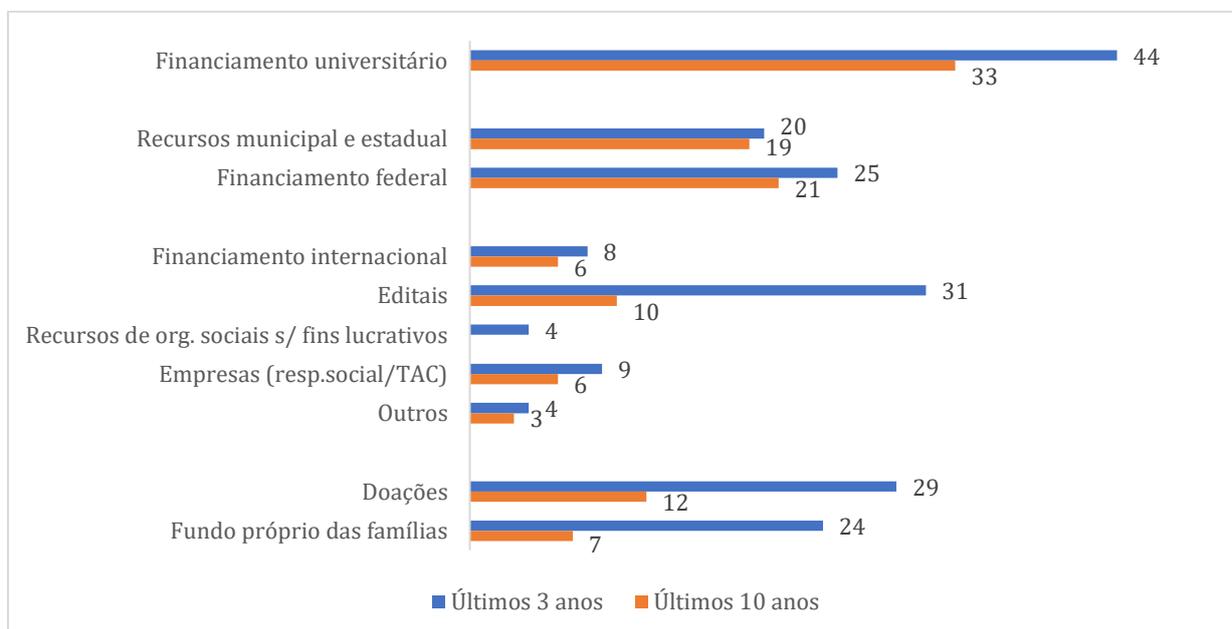


Considerando os 128 agentes que responderam e que tiveram financiamento nos “últimos 3 anos” e os 77, dos “últimos 10 anos”, identifica-se que o tipo de financiamento mais usado pelos agentes em ambos os períodos foi o “financiamento universitário”, o que também pode ser parte do viés da rede acionada para o preenchimento do questionário (Figura 15). Inicialmente, imaginamos que o Minha Casa Minha Vida Entidades (MCMV-Entidades) fosse impactar mais os resultados. Mas, como a amostra tem um peso muito grande de atividades ligadas à extensão universitária, ou seja, sem possibilidade de responsabilidade técnica, programas como o MCMV-Entidades acabaram não aparecendo. Isso não significa que a ATHIS não aconteça no Programa Federal, apenas a pesquisa não consegue identificar essa dinâmica ou responder essa questão.

<sup>9</sup> Os dados referentes aos últimos 3 anos abrangem os 183 agentes que responderam a pesquisa e aqueles relativos aos últimos 10 anos compreendem somente 115 agentes, que estavam ativos antes de 2016. Desses 68 que atuaram por menos de 3 anos, 66 estavam ativos quando responderam e 2 já estavam inativos.

Em todo caso, como tendência, percebe-se que houve um aumento significativo da proporção das “doações” e do “fundo próprio das famílias” como financiadores das ações no campo de ATHIS no período mais recente, o que pode indicar maior restrições de verbas públicas e de instituições privadas disponíveis. Por outro lado, essa tendência também apareceu nos “editais”, que pode demonstrar a forma com que as instituições estão preferindo disponibilizar os seus recursos. No sentido inverso, com relação ao período dos “últimos 10 anos”, houve uma redução considerável, proporcionalmente, do papel dos recursos públicos, tanto municipal e estadual quanto federal, bem como do “financiamento universitário”, através de bolsas e recursos para pesquisa e extensão, podendo confirmar a hipótese do efeito da mudança política no país a partir da crise econômica de 2015 e do impeachment em 2016.

**Figura 15-** Número de agentes por tipo de financiamento nos últimos 3 e 10 anos



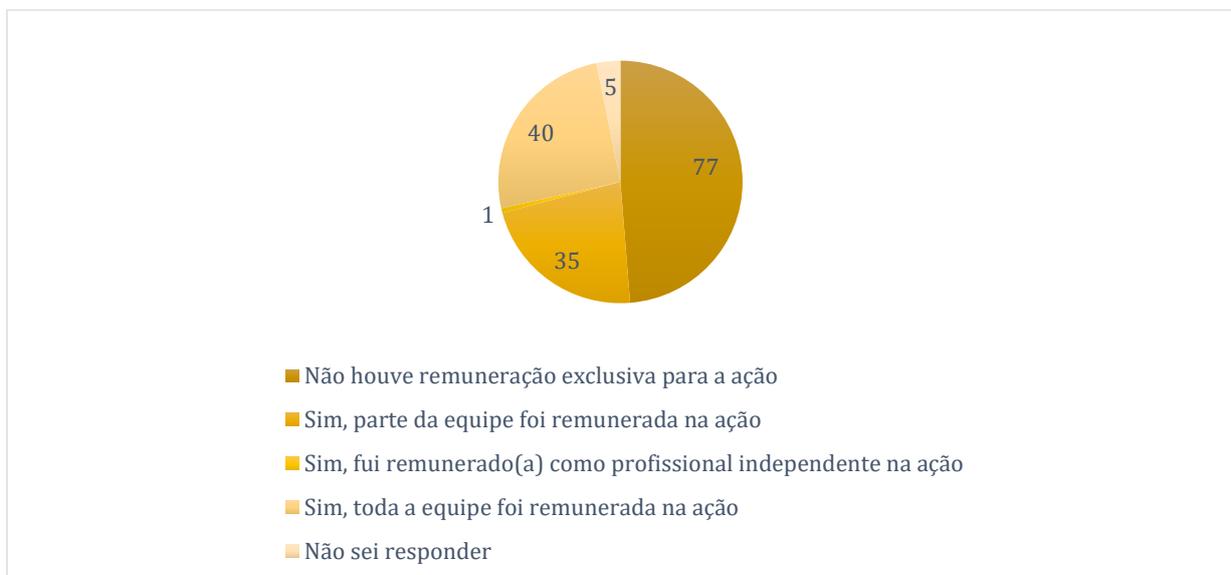
Das 158 experiências, em quase metade - 49% (77) - a equipe não teve remuneração exclusiva para a ação (Figura 16). Em apenas 25% (40) das experiências houve remuneração para toda a equipe, nas quais pouco mais que a metade (22) considerou a remuneração adequada. Outras 22% (35) das experiências tiveram remuneração para parte da equipe, das quais aproximadamente dois terços (23) responderam que

a remuneração foi insuficiente e aproximadamente um quarto (8), que foi adequada e o restante não soube responder.

Ademais, 68% (108) das experiências elencaram entre os desafios a "falta de recursos". Além desses, outros 7% (11) das experiências elencaram problemas enfrentados relacionados aos custos, tanto os "custos operacionais excessivos" quanto o "custo de emissão de Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) e Anotação de Responsabilidade Técnica (ART)".

Embora haja uma lei de ATHIS (lei 11.888/08), ela não está sendo viabilizada com apoio de recursos financeiros públicos, fazendo com que a manutenção dessas atividades dependa de atividades não remuneradas ou de pequenos recursos, como apoio universitário, doações e fundo próprio das famílias. Ou seja, faltam recursos para que a atividade de ATHIS seja relevante socialmente. A limitação de recursos identificada na pesquisa faz com que a ATHIS seja altamente dependente de atividades de militância e da organização das próprias famílias.

**Figura 16-** Número de agentes por proporção de remuneração da equipe

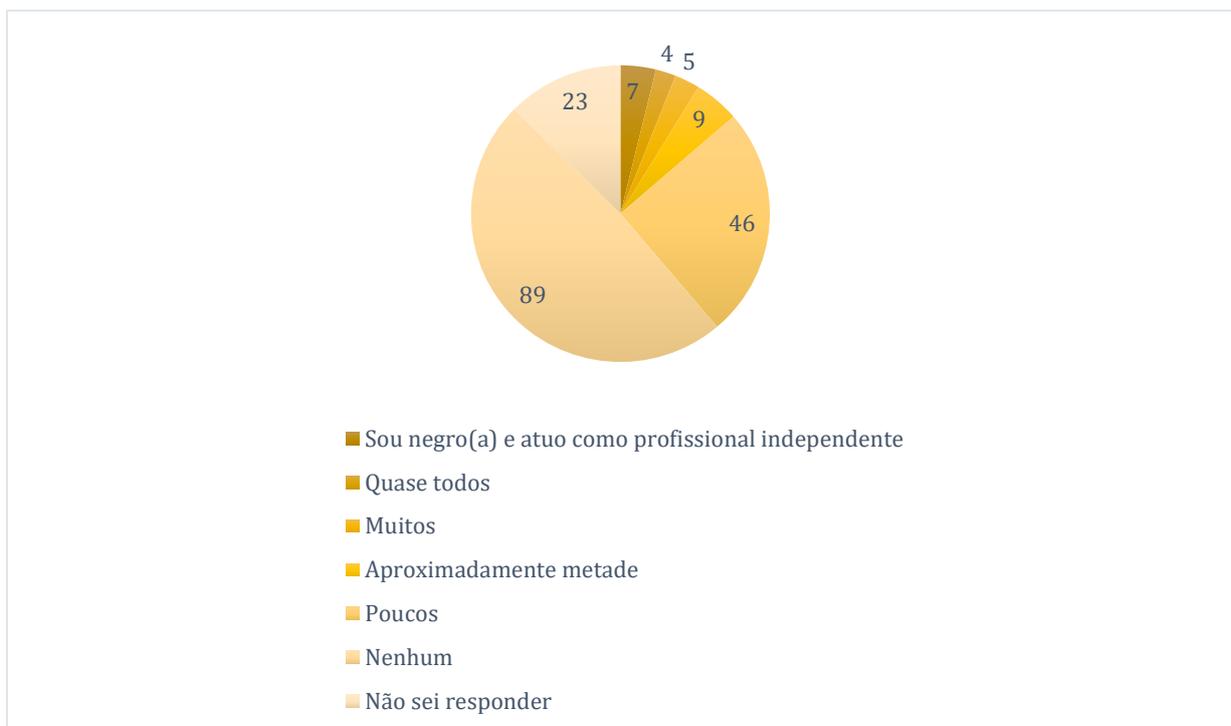


Fazendo uma análise étnico racial e de gênero das equipes de profissionais e da população atendida em cada uma das experiências, percebe-se que a proporção de negros (negros e pardos/mestiços) nas equipes, mesmo com o programa de cotas

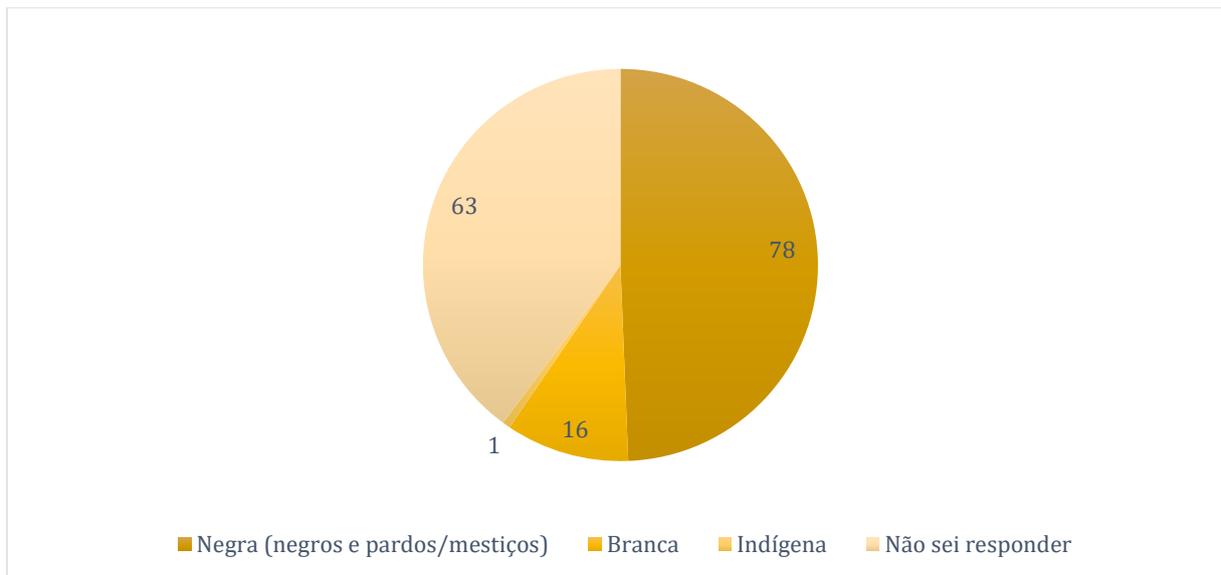
raciais decorrente da Lei de Cotas (12.711/2012), ainda é muito pequena – em 62% das equipes há poucos ou nenhum negro (Figura 17) - enquanto em 49% das experiências a maioria da população atendida é de negros (Figura 18). Cabe destacar que 40% das experiências não souberam responder qual a raça/etnia predominante na população atendida. Também vale ressaltar que analisando apenas os agentes que são grupos universitários o percentual de agentes cuja equipe não abrange negros corresponde a 30%, enquanto no total de agentes essa parcela corresponde a 49%, refletindo já alguma mudança decorrente do programa de cotas.

Com relação ao gênero, se apresenta uma relação semelhante à racial/étnica. Enquanto 30% das equipes são composta majoritariamente por homens, apenas em 4% das experiências a população atendida é composta em sua maior parte por homens.

**Figura 17-** Proporção de negros (negros e pardos/mestiços) nas equipes



**Figura 18-** Proporção de negros (negros e pardos/mestiços) nas populações atendidas

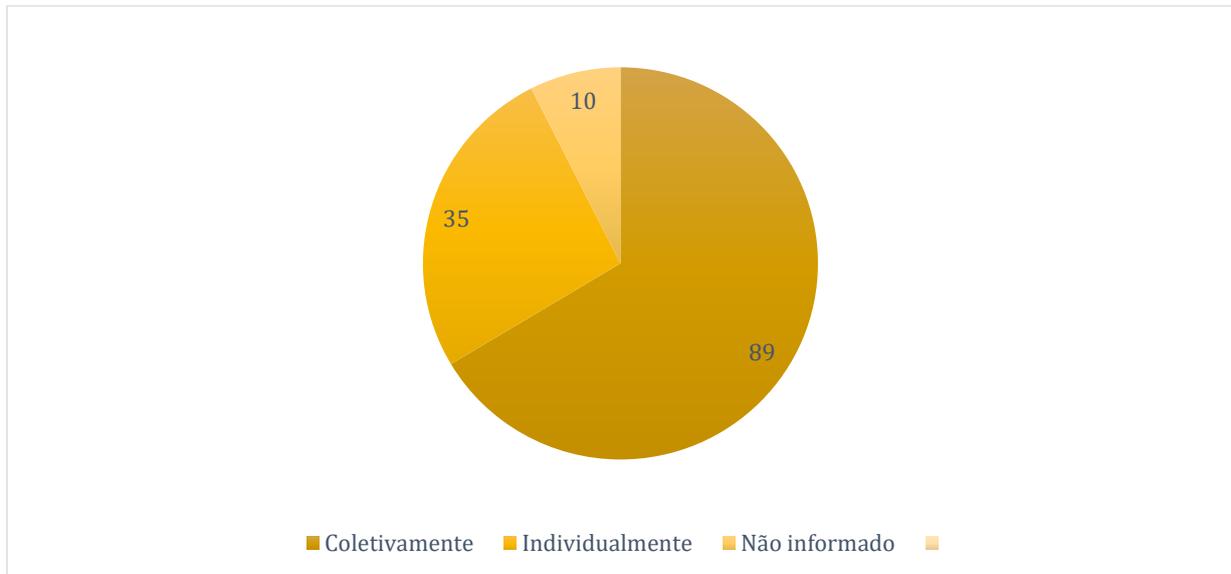


Para compreender melhor o perfil das populações atendidas, apresentaremos dados sobre o surgimento da necessidade das ações em ATHIS levantadas no questionário. Das 158 experiências, 63% (100) estavam atendendo uma demanda da população e apenas 8% (12) demandas do poder público (Figura 19). Considerando as demandas da população (100) e “de ambos” (população e poder público) (34), as demandas foram majoritariamente (66%-89) organizadas coletivamente e apenas 26% (35) das experiências atenderam demandas organizadas individualmente (Figura 20).

**Figura 19-** Distribuição das demandas das experiências por população e/ou poder público

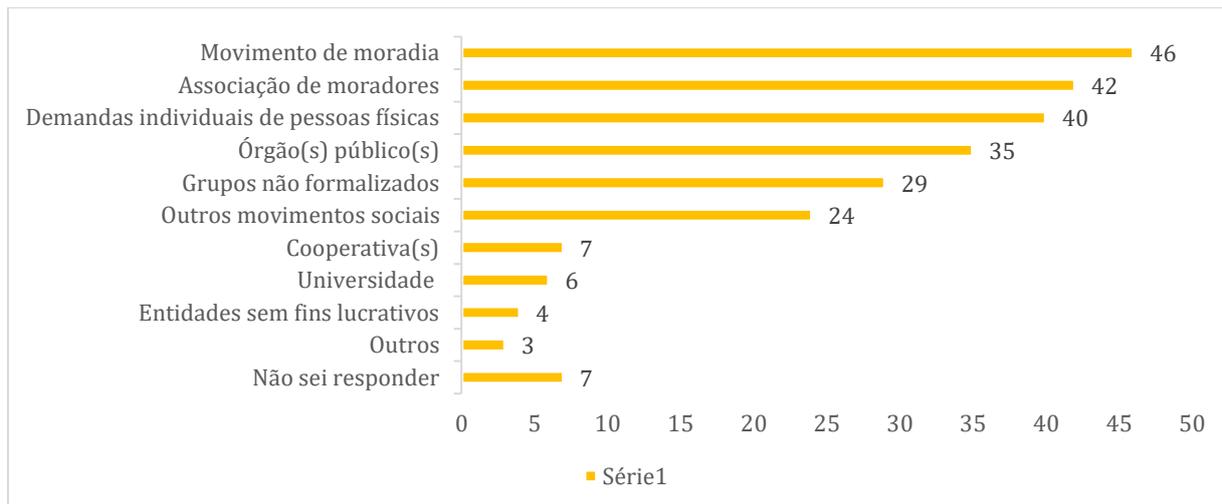


**Figura 20-** Distribuição das demandas da população e “de ambos” (população e poder público) por forma de organização

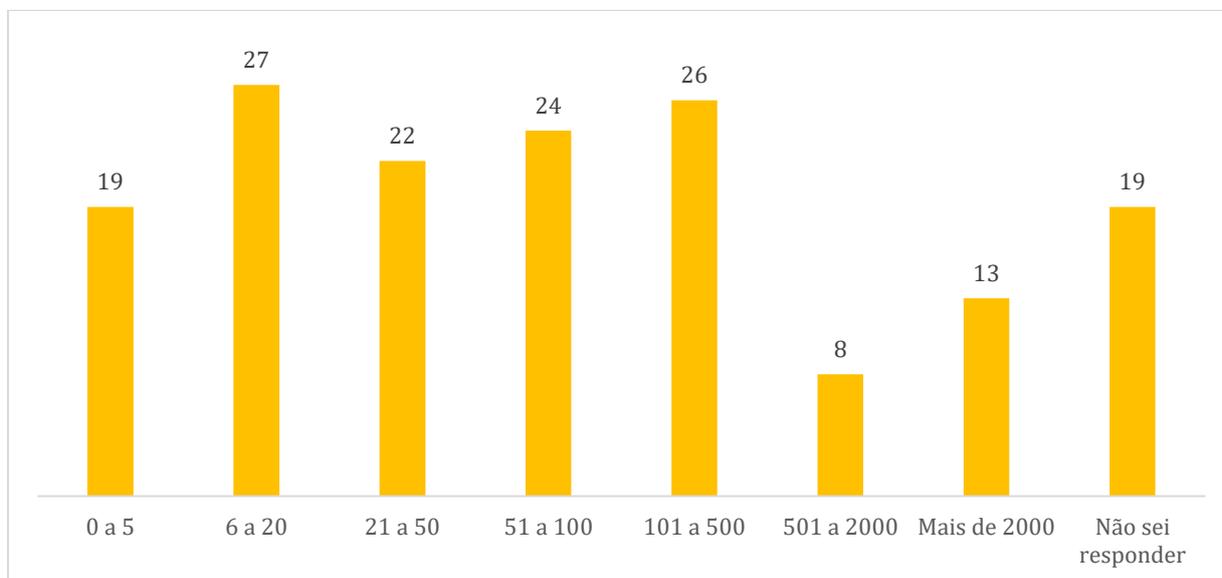


Ao se analisar de onde surgiram as demandas de todas as experiências, as respostas são muito variadas e muitas vezes abrangendo mais de um grupo, mas os que mais tiveram suas demandas atendidas foram os “movimentos de moradia” (29%), seguidos pelas “associações de moradores” (27%). Mais da metade destas experiências – 56% daquelas que atenderam “movimentos de moradia” e 64% das que atenderam “associações de moradores” foram registradas por agentes do eixo “direito à cidade”. Em terceiro lugar, aparecem as “demandas individuais de pessoas físicas” (15% - 23), que é inferior ao número de experiências que declararam que as demandas foram organizadas individualmente. Contudo, faz parte das limitações do instrumento utilizado nesta pesquisa não termos como verificar essa inconsistência (Figura 21). Do ponto de vista de grupos de famílias atendidos maiores ou menores também é uma atuação bastante diversificada. Mas, existiu uma concentração que abrange desde pequenos grupos (0 a 5 famílias) até grupos com 500 famílias (Figura 22).

**Figura 21-** Distribuição das demandas das experiências por tipo



**Figura 21-** Número de famílias atendidas por experiência



Buscando nos aprofundarmos na questão do financiamento, ou de sua falta, fizemos um cruzamento da duração das experiências com os tipos de financiamento e com as remunerações das equipes. Mais uma vez, constatamos a diversidade de atuações no campo. Porém, pudemos identificar que as experiências “sem financiamento” e que contam exclusivamente com “doações” e com o “fundo próprio das famílias” são realizadas em sua maioria em até 24 meses, sendo as experiências mais longas quase em sua totalidade realizadas com “outros financiamentos”, compreendendo todos os outros, disponibilizados por instituições (Tabela 5).

Com relação à existência de remuneração para as equipes que realizaram as experiências, em todas as faixas de duração das experiências a maior parte das equipes não foi remunerada. Nas experiências mais curtas (0 a 6 meses) a distribuição foi mais equitativa, sendo aproximadamente um terço das equipes que não foi remunerada, um terço que parte da equipe foi remunerada e um pouco menos que um terço que toda a equipe foi remunerada. Já as faixas de 7 a 24 meses, mais da metade das equipes não foi remunerada (Tabela 6).

**Tabela 5–** Duração das experiências por forma de (não) financiamento

	Sem financiamento		Doações+ Fundo próprio das famílias		Outros financiamentos		Não soube responder	
0 a 6 meses	3	9%	10	31%	18	56%	1	3%
7 a 12 meses	9	26%	8	23%	17	49%	1	3%
13 a 24 meses	7	23%	5	16%	18	58%	1	3%
25 a 60 meses	4	13%	2	7%	24	80%	0	0%
mais de 60 meses	2	17%		0%	10	83%	0	0%
Não soube responder	3	17%	3	17%	12	67%	0	0%

**Tabela 6–** Duração das experiências por proporção de proporção de remuneração das equipes

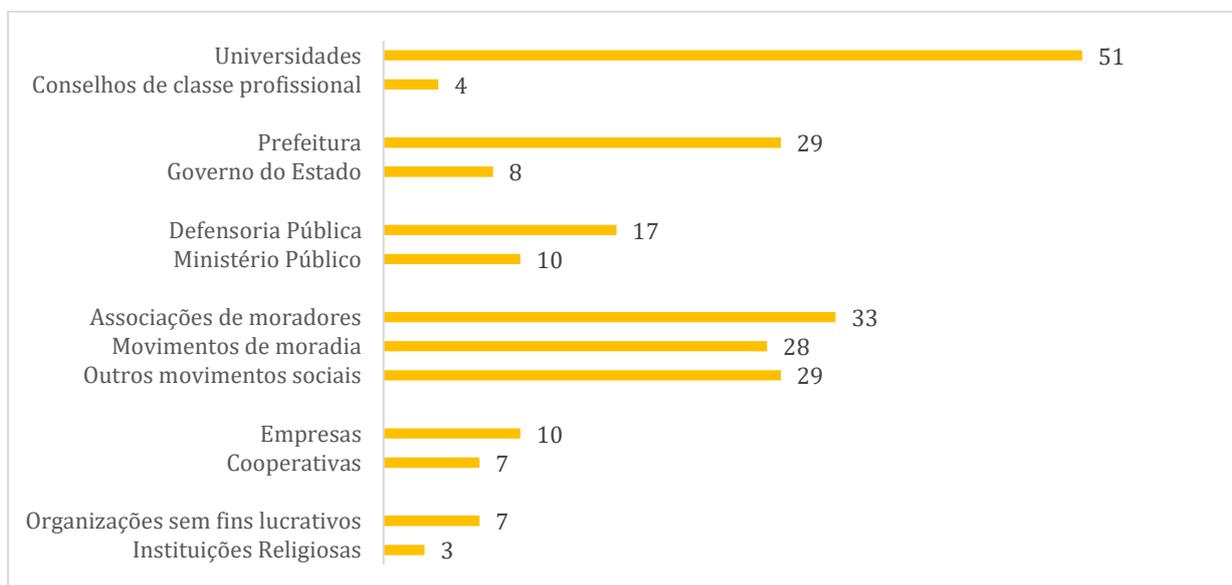
	Não houve remuneração		Sim, parte da equipe		Sim, para toda a equipe		Sim, fui remunerado como profissional independente		Não sei	
0 a 6 meses	11	34%	11	34%	9	28%	0	0%	1	3%
7 a 12 meses	21	60%	5	14%	9	26%	0	0%	0	0%
13 a 24 meses	18	58%	4	13%	7	23%	0	0%	2	7%
25 a 60 meses	12	40%	8	27%	9	30%	1	3%	0	0%
mais de 60 meses	6	50%	3	25%	2	17%	0	0%	1	8%
Não soube responder	9	50%	4	22%	4	22%	0	0%	1	6%

Saindo do campo dos recursos monetários, as parcerias sem repasse de recursos financeiros se mostraram bastante presentes e reconhecidas como relevantes. Pouco mais da metade das experiências (86 ou 54%) indicou ter parcerias sem recursos e 29% indicaram entre os pontos positivos da experiência o “apoio de algum(ns)

órgão(s) público(s). O protagonismo das universidades, mais uma vez, se mostrou, tendo sido as organizações que foram parceiras do maior número de experiências (51). Em seguida, foi o bloco de organizações de grupos que lutam pelo seu direito à moradia - associações de moradores, movimentos de moradia e outros movimentos sociais. Embora em menor número, também cabe destacar o papel da Defensoria Pública e do Ministério Público como parceiros para garantir o direito à moradia digna.

Contudo, vale ressaltar que mesmo experiências que indicam a Prefeitura como parceira, sem repasse de recursos, também ressaltaram as dificuldades com a falta de efetividade do poder público em casos emergenciais, como de deslizamentos, bem como na articulação e negociação entre os representantes dos diversos órgãos públicos para realizar, por exemplo, a doação de terras ocupadas pela comunidade.

**Figura 22-** Número de experiências por parceiros sem repasse de recursos financeiros



Olhando para os pontos positivos das experiências elencados, percebe-se a grande valorização da “participação da população” (65%), seguida pela interdisciplinaridade da equipe (50%). Os aspectos de qualidade do ambiente construído, da qualidade de vida das famílias e dos projetos também foram bastante ressaltados, respectivamente por 48%, 44% e 39% das experiências (Figura 23).

**Figura 23-** Número de experiências por pontos positivos elencados



Com relação aos desafios apontados para as experiências, houve uma grande diversidade. Porém, com um consenso de que a falta de recursos é o principal desafio enfrentado (69%). Ainda relacionados à limitação de recursos financeiros, apareceram como problemas enfrentados os “custos operacionais excessivos” e o “custo de emissão de Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) e Anotação de Responsabilidade Técnica (ART)” (Figura 24). Além desse bloco, pudemos identificar outros 4 campos principais de desafios: (i) entraves institucionais com diversos agentes, sejam eles do Judiciário, da Prefeitura, dos cartórios ou outros; (ii) a desmobilização da população atendida e conflitos intra grupo ou com a própria equipe; (iii) entraves burocráticos e normas inadequadas e/ou limitantes, sejam elas de financiamento ou operacionais; e (iv) limites da equipe de ATHIS. Além desses, foram apontados outros problemas diversos como tempo insuficiente, dificuldade de acesso à terra e influência de grupos ligados ao tráfico ou à milícia.

**Figura 24-** Número de experiências por problemas ou questões enfrentados



Com relação ao eixo “direito à cidade”, que é o mais heterogêneo, alguns pontos positivos e desafios destoaram percentualmente do total com maior incidência no eixo, tendo sido: “tempo insuficiente”, sub dimensionamento da equipe” e “problemas na relação com a Prefeitura”, entre os desafios, e “formação emancipatória de lideranças” e “participação popular”, entre os pontos positivos.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da pesquisa mostram uma grande diversidade de atuação em ATHIS, tanto em termos de tempo de atuação no campo, tipos de organização, eixos de atuação, práticas profissionais, tipos de (não) financiamento, entre outros aspectos. No entanto, é importante ressaltar, mais uma vez, a não representatividade do campo da ATHIS na amostra consolidada que representa de forma muito clara o viés das redes mobilizadas, em sua grande maioria universitárias. O campo da extensão universitária está em plena expansão e é a estratégia que muitos cursos de Arquitetura e Urbanismo estão utilizando para complementar a formação na área de habitação de interesse social, embora ainda não fique tão claro nos dados. De todo

modo, esse retrato, embora distorcido, nos ajuda a pensar sobre a ATHIS. Diante da complexidade e diversidade do campo, levantamos algumas questões e hipóteses que deverão ser objeto de reflexão e aprofundamento em estudos futuros.

O debate teórico sobre uma disputa no campo entre “assessoria” e “assistência” foi identificado parcialmente nos dados deste levantamento. De fato os agentes que identificam a sua prática como “assessoria” não identificam-na como “assistência”. Entretanto, acontece o contrário. Além disso, os dados evidenciaram que há alguma diferença entre as duas classificações no que diz respeito à participação popular e, especialmente, a forma como as demandas são organizadas. Outro ponto importante foi a dificuldade de identificação da interdisciplinaridade nas equipes com os dados coletados. Vale um maior aprofundamento em pesquisas com dados empíricos mais aprofundados dos agentes que se colocam nessa disputa no campo.

A construção dos eixos de atuação adotados na pesquisa foi um processo de diálogos e concessões entre os pesquisadores e o CAU a partir da definição do universo da pesquisa. Cabe destacar, mais uma vez, como o eixo “direito à cidade” ficou muito heterogêneo e acabou deixando o campo de ATHIS ainda mais nebuloso. Por outro lado, se o CAU queria incluir uma maior diversidade de atuações e os agentes se cadastraram, é porque pensam suas ações como ATHIS e, portanto, compõem a matiz. A diversidade de agentes que responderam ao questionário e a dificuldade para decidir o que seria ou não considerado demonstra que o campo ainda está bastante em aberto, em discussão e disputa. Além da construção dos limites do campo, outra tarefa importante é identificar os posicionamentos dentro do campo. É necessário maior aprofundamento em pesquisas.

Apesar de suas fragilidades, em especial em relação à delimitação da amostra, a pesquisa mostra claramente que o termo ATHIS não denomina um único tipo de prática: ATHIS pode denominar práticas muito diferentes do ponto de vista de seus objetivos fundamentais, de suas maneiras de implementação e dos agentes envolvidos.

A partir dessa constatação, ainda ficam várias questões a serem respondidas: Como avançarmos no nó das disputas e confusões entre termos e conceitos? O que é assistência técnica? O que deve ser? Quais são os princípios mínimos que devemos pensar para que tenha efetivamente impactos positivos nos nossos objetivos?

As respostas ao questionário mostram que há um campo consolidado, no qual existem organizações e profissionais trabalhando há mais de 10 anos, que estão e continuam no “mercado” de assistência/assessoria técnica e que de alguma maneira conseguiram se consolidar profissionalmente no campo. Mas, há uma grande diversidade de agentes - coletivos, grupos universitários, atuações individuais, empresas... Então, como pensar a ATHIS enquanto um campo profissional considerando essas diferenças? Se formos pensar na regulamentação da lei, em um plano de ação, temos que considerar que não estamos nos referindo apenas a profissionais autônomos ou a empresas ou a organizações não governamentais, mas a todos esses, bem como às universidades, que estão ocupando um espaço cada vez maior nesse campo. Como articular as diferentes frentes de atuação na área, com grupos universitários, coletivos profissionais, profissionais autônomos, etc.?

Embora haja um campo consolidado, há desafios para pensá-lo como um campo profissional, já que boa parte das pessoas trabalha sem remuneração ou com remuneração insuficiente. Conforme as respostas ao questionário, o grande e principal desafio do campo é a falta de recursos, tanto para as ações como para as equipes. As respostas registraram uma diminuição de recursos públicos para o campo e aumento de agentes atuando por meio de doações e de fundos próprios das famílias. Como a ATHIS se viabiliza financeiramente e quais os impactos da conjuntura recente nas formas de financiamento?

Parceiros sem recursos financeiros, como a Defensoria Pública, o Ministério Público e as Universidades, têm se revelado como importantes viabilizadores na garantia do direito à moradia. A lei 11.888/08 garante a assistência técnica somente no campo da “arquitetura, urbanismo e engenharia”. Como consolidar essa necessidade de ações mais associadas do que isoladas para pensarmos um projeto de assistência técnica?

Apesar da valorização das parcerias sem recursos, também apareceram nas respostas aos questionários as relações com agentes institucionais, sejam eles da Prefeitura, do Judiciário, dos cartórios ou de concessionárias, como entraves expressivos para as experiências. Quais os principais entraves institucionais e burocráticos para a realização da ATHIS? Como lidar com isso?

Embora a lei 11.888/08 seja mais voltada para a arquitetura, urbanismo e engenharia e os órgãos profissionais mais atuantes também, a realidade mostra que a efetivação da ATHIS pressupõe uma atuação profissional interdisciplinar. A interdisciplinaridade nas equipes destacada como um ponto positivo e a diversidade de formações presentes nas equipes dos agentes que responderam ao questionário evidencia que a ATHIS não se apresenta como uma disciplina exclusiva de arquitetos, urbanistas e engenheiros. O trabalho social, por exemplo, é central para grande parte das intervenções. Como ampliar o campo de ATHIS pensando na articulação com outras disciplinas? Seria interessante, por exemplo, que os conselhos das categorias mais fortes no campo fizessem acordos com conselhos de outras áreas, por exemplo de serviço social, e pudessem lançar editais em conjunto, incentivando a formação de equipes interdisciplinares.

Além das formações de ensino superior, não podemos esquecer de incluir os operários de construção, que são importantes atores do campo. Foi evidenciado que se busca ter uma prática democrática com relação aos usuários de habitação, mas nos canteiros de obras as relações continuam alienantes. Embora não se tenha avançado na formação de cooperativas de produção, que era um projeto dentro do modelo autogestionário, não podemos esquecer esse aspecto estrutural quando pensamos em ATHIS. Como os projetos e financiamentos podem contemplar a composição diversa das equipes de ATHIS, em especial os profissionais e técnicos da construção civil (mestre de obras, técnicos em edificações e outros)? E como inserir esses profissionais em uma abordagem democrática e não alienante?

Ainda perseguindo a relevância de ações associadas mais do que isoladas, trazemos a importância das melhorias habitacionais estarem integradas a políticas mais

amplas. Qual a real efetividade, por exemplo, de se realizar melhorias em moradias em áreas de risco? Se não há projetos estruturais, a melhoria habitacional isolada pode significar um nicho profissional, mas não uma melhoria efetiva de qualidade de vida e um investimento mais produtivo para os recursos que já são tão escassos. Como articular a atuação de ATHIS dentro de uma política habitacional mais ampla?

Para fechar as questões, gostaríamos de trazer algumas reflexões sobre as protagonistas desse levantamento: as universidades. Olhando para as grades curriculares, não há formação técnica para atuar com ATHIS. Isso está começando a aparecer através da extensão, que tem sido a forma como tem começado a entrar nos cursos de arquitetura e urbanismo. Como a prática da ATHIS vem refletindo na formação universitária?

A presença da extensão universitária no campo de ATHIS revela uma mudança, sobre a qual ainda não há dados. Sabemos de alguns profissionais que trabalhavam neste campo como profissionais liberais e agora estão na universidade fazendo extensão em ATHIS. Este é um campo que vem crescendo nas universidades em função da restrição de recursos. Ainda na universidade, os Escritórios Modelo de Arquitetura e Urbanismo, liderados por estudantes, também têm atuado no campo. Como a extensão universitária tem sido um espaço para a promoção da moradia digna em um contexto de crise e ausência de políticas públicas? É importante incluir essa prática, reconhecendo as potências e limitações de atividades dessa natureza. Como a extensão universitária se insere na perspectiva da ATHIS como política pública, tendo em vista a lei 11.888/08? Seria interessante aprofundar essas questões com pesquisas, com métodos qualitativos, especificamente sobre o papel da extensão no campo de ATHIS.

## REFERÊNCIAS

Baravelli, J. E. (2007). O cooperativismo uruguaio na habitação social de São Paulo. Das cooperativas FUCVAM à Associação de Moradia Unidos de Vila Nova Cachoeirinha.

Bonduki, N. *Habitação e autogestão: construindo territórios da utopia*. Rio de Janeiro: Fase, 1992.

Cardoso, F., & Santo Amore, C. (2018). *Assessoria e assistência técnica para habitação de interesse social no Brasil*. XV Coloquio Internacional de Geocrítica Las ciencias sociales y la edificación de una sociedad post-capitalista, Barcelona.

CUNHA, Egláisa M. P.; ARRUDA, Ângelo M. V.; MEDEIROS, Yara. (Orgs.). (2007). *Experiências em habitação de interesse social no Brasil*. Brasília: Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação.

Demartini, J. (2016). *Assessoria Técnica Continuada: Desafios e Possibilidades para a Implementação de um Programa Público para as Expressões do Morar* [Tese de doutorado]. Programa de Pós Graduação em Urbanismo da UFRJ.

FENEA. (2007). *Carta de definição para Escritórios Modelo de Arquitetura e Urbanismo*. <http://www.fenea.org/artigos/cartadefinicaoemau>

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2018**:

LOPES, João Marcos de Almeida. *Sobre arquitetos e sem tetos: técnica e arquitetura como prática política*. 2011. 157f. Tese de Livre-docência - Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2011

Kapp, S. (2018). *Grupos sócio-espaciais ou a quem serve a assessoria técnica | Socio-spatial groups or whom technical advisory practice serves*. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 20(2), 221. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2018v20n2p221>

Maricato, E. *Reforma urbana, limites e possibilidades*. In: RIBEIRO, Luis César de Queiroz; SANTOS JR., Orlando (org.). *Globalização, fragmentação e reforma urbana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

Morado, D. (2019). *O que é extensão? Incertezas e provocações*. Em P. Oliveira, L. Ferreira, & V. Iacovini (Eds.), *Dimensões do Intervir em Favelas: Desafios e perspectivas* (1.<sup>a</sup> ed.). Peabiru TCA.

Noia, P. R. (2017). *Participação e qualidade do ambiente construído na habitação: Processo e produto no Programa Minha Casa Minha Vida—Entidades*. [Tese de doutorado].

Santo Amore, C. (2016). *Assessoria e Assistência Técnica: Arquitetura e comunidade na política pública de habitação de interesse social*. *Anais do II URBFAVELAS*, Rio de Janeiro.

SOUZA, D. B. I. *Reconstruindo o Cajueiro Seco: arquitetura, política social e cultura popular em Pernambuco (1960-1964)*. São Paulo: Annablume, 2010.

## ANEXOS

## Anexo 1- Questionário

# **Pesquisa Nacional de agentes que atuam em prol da Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social e do direito à moradia digna**

## VERSÃO FINAL

Formulário para levantamento de experiências e de profissionais que atuam em prol do direito à moradia digna e à cidade, inclusive as instituições que pautam a questão do direito à cidade. O formulário pode ser preenchido por um representante de uma organização que atua na área, em nome dela, ou por técnicos independentes. O formulário está dividido em duas seções:

A primeira, seção A, coleta dados sobre os agentes - organização ou técnicos independentes. O tempo médio de resposta desta seção do formulário é de 10 minutos.

A segunda, seção B, coleta informações sobre as ações práticas do agente. O tempo de resposta desta seção do formulário varia de acordo com a quantidade de ações a serem incluídas no formulário e descritas. O respondente poderá acrescentar, no máximo, três ações.

Recomendamos que o preenchimento do formulário online seja feito pelo computador, dessa forma seu funcionamento será mais eficiente.

**Email:**

**Telefone para contato (com ddd)**

Exemplo: 21999999999

---

### **SEÇÃO A - DADOS SOBRE O AGENTE**

**1.** Você está respondendo a esse formulário em nome de uma organização\* ou como um(a) técnico(a) independente? [múltipla escolha]

\*Organização: Qualquer coletivo de profissionais e/ou estudantes organizados, independente de sua forma de organização e/ou formalização, que atuem em prol do direito à moradia digna e do direito à cidade, como por exemplo: ONGs, escritórios, coletivos profissionais, grupos de pesquisa e ou extensão, EMAUs, etc..

- a.** Em nome de uma organização.
- b.** Em meu nome, como técnico(a) independente.

2a. Técnico independente	2b. Organização
<p><b>2a.1.</b> Qual é o seu nome? Preencha com seu nome completo por extenso.</p> <p><b>2a.2.</b> Qual a sua formação? [múltipla escolha]</p> <ul style="list-style-type: none"> <li><b>a.</b> Arquiteto(a)</li> <li><b>b.</b> Engenheiro(a)</li> <li><b>c.</b> Assistente social</li> </ul>	<p><b>2b.1.</b> Qual é o nome da organização que você está representando?</p> <p><b>2b.2.</b> Qual o seu cargo ou função atual na organização? [múltipla escolha]</p> <ul style="list-style-type: none"> <li><b>a.</b> Coordenação</li> <li><b>b.</b> Profissional integrante da equipe fixa</li> <li><b>c.</b> Profissional colaborador</li> <li><b>d.</b> Professor(a)</li> </ul>

<p>d. Advogado(a) e. Sociólogo(a) f. Economista g. Pedagogo(a) h. Geógrafo(a) i. Psicólogo(a) j. Outros _____</p>	<p>e. Pesquisador f. Estagiário(a) g. Estudante de graduação h. Estudante de pós-graduação i. Não sei responder j. Outros _____</p> <p><b>2b.3.</b> Qual é a natureza da organização? [múltipla escolha] *Curso de pós-graduação voltados para a prática da assistência técnica em Habitação de Interesse Social e Direito à Cidade</p> <p>a. Entidade privada sem fins lucrativos b. Cooperativa c. Empresa d. Grupo ou laboratório de pesquisa de universidade pública e. Grupo ou laboratório de pesquisa de universidade ou centro universitário privado f. Grupo de Extensão universitária de universidade pública g. Grupo de Extensão universitária de universidade ou centro universitário privado h. Residência universitária (curso de pós-graduação voltados para a prática da assistência técnica em Habitação de Interesse Social e Direito à Cidade) i. Órgão público de administração direta j. Órgão público de administração indireta k. Movimento de moradia l. Não sei responder m. Outros _____</p>
---	---

### Perfil do Agente

**ATENÇÃO!!!** A partir de agora, todas as perguntas serão direcionadas para a organização que você está representando ou, caso seja um(a) técnico(a) independente, para você.

### Perfil do Agente

3. Em que estado do país você está sediado?  
(Estado) (lista suspensa)
4. Neste estado, em qual município você está sediado?  
Campo aberto de texto curto (mínimo 3 caracteres)
5. Está atuando em prol do direito à moradia digna e/ou do direito à cidade? [múltipla escolha]
  - a. Sim. [segue para 5a]
  - b. Não, mas já atuei. [segue para 5b]

- 5a.** Há quanto tempo atua nessa área? [múltipla escolha]
- a. Menos de 1 ano
  - b. 1 a 3 anos
  - c. 4 a 7 anos
  - d. 8 a 10 anos
  - e. 11 anos ou mais
- 5b.** Por quanto tempo atuou nessa área? [múltipla escolha]
- f. Menos de 1 ano
  - g. 1 a 3 anos
  - h. 4 a 7 anos
  - i. 8 a 10 anos
  - j. 11 anos ou mais
- 6.** Em que tipo de área sua atividade se concentra? [múltipla escolha]
- a. Área Urbana
  - b. Área Rural
  - c. Ambas
  - d. Não sei responder
- 7.** Qual a abrangência da sua atuação? [múltipla escolha]
- a. Local
  - b. Municipal
  - c. Região Metropolitana
  - d. Estadual
  - e. Nacional
  - f. Não sei responder
- 8.** Quais foram as suas principais fontes de financiamento nos **últimos 3 anos**?  
(resposta múltipla - selecionar até 3 no máximo)
- a. Minha Casa Minha Vida faixa 1
  - b. Minha Casa Minha Vida Entidades
  - c. PNHR - Minha Casa Minha Vida Rural
  - d. Financiamento internacional
  - e. Financiamento universitário (via bolsas ou recursos para pesquisa, ensino e/ou extensão)
  - f. Recursos estaduais
  - g. Recursos municipais
  - h. Editais públicos de fomento
  - i. Fundo próprio das famílias atendidas
  - j. Financiamento coletivo (*crowdfunding*)
  - k. Editais de fomento dos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo (CAU) dos Estados
  - l. Edital de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS)
  - m. Verba de responsabilidade social
  - n. Termo de ajustamento de conduta (TAC)
  - o. Doações
  - p. Não possui financiamento

- q. Não sei responder  
r. Outros \_\_\_\_\_

9. Quais foram as suas principais fontes de financiamento nos **últimos 10 anos?**  
(resposta múltipla - selecionar até 3 no máximo)

- a. Minha Casa Minha Vida faixa 1
- b. Minha Casa Minha Vida Entidades
- c. PNHR - Minha Casa Minha Vida Rural
- d. Financiamento internacional
- e. Financiamento universitário (via bolsas ou recursos para pesquisa, ensino e/ou extensão)
- f. Recursos estaduais
- g. Recursos municipais
- h. Editais públicos de fomento
- i. Fundo próprio das famílias atendidas
- j. Financiamento coletivo (*crowdfunding*)
- k. Fomento dos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo (CAU) dos Estados
- l. Edital de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS)
- m. Verba de responsabilidade social
- n. Termo de ajustamento de conduta (TAC)
- o. Doações
- p. Não possui financiamento
- q. Não sei responder
- r. Outros \_\_\_\_\_

10. Quais os principais desafios enfrentados para manutenção financeira das suas atividades ou das atividades da organização que você representa? (máximo 500 caracteres)

### Caracterização da equipe e rede de trabalho do agente

Dados sobre a equipe de trabalho da organização (quando aplicável) ou do(a) técnico(a) independente.

11. Quantas pessoas da sua equipe atual se identificam com cada gênero?[grade múltipla escolha]

Caso o(a) profissional atue sozinho(a) como técnico(a) independente, selecione "1" para seu gênero e, para as opções de gênero restantes, selecione a primeira coluna "Não aplicável, atuo sozinho(a) como técnico(a) independente". Caso não saiba estimar a quantidade de pessoas de cada gênero de sua equipe, selecione a segunda coluna "não sei responder" para todos os gêneros.

	Não aplicável, atuo sozinho(a) como técnico(a) independente	Não sei responder	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11- 15	Mais de 15
Mulher															

Homem																			
Outros																			

**12.** Quantos profissionais da sua equipe atual se reconhecem como negros? (múltipla escolha)

- a. Sou negro e atuo sozinho(a) como técnico(a) independente.
- b. Todos
- c. Quase todos
- d. Muitos
- e. Aproximadamente metade
- f. Poucos
- g. Nenhum
- h. Não aplicável, atuo sozinho(a) como técnico(a) independente e não sou negro.
- i. Não sei responder

**13.** Qual a formação dos profissionais que compõem a sua equipe de trabalho? (resposta múltipla)

- a. Não aplicável, atuo sozinho(a) como técnico(a) independente
- b. Arquitetura
- c. Engenharia
- d. Serviço social
- e. Direito
- f. Ciências Sociais
- g. Economia
- h. Pedagogia
- i. Geografia
- j. Psicologia
- k. Técnico em edificações
- l. Mestres de obra
- m. Outros profissionais da prática da construção (pedreiro, pintor, etc.)
- n. Não sei responder
- o. Outros \_\_\_\_

**14.** Dentro de sua equipe de trabalho, tem algum estudante/egresso de residência universitária ou de curso de formação dedicado à moradia digna? [múltipla escolha]  
\*Residência universitária: curso de pós-graduação voltados para a prática da assistência técnica em Habitação de Interesse Social e Direito à Cidade.

- a. Não aplicável, atuo sozinho(a) como técnico(a) independente
- b. Sim [segue para 14a]
- c. Não
- d. Não sei responder

**14a.** Se sim, de qual(is) curso(s)? (resposta curta)

Na existência de mais de um estudante e/ou egresso de cursos diferentes, mencionar ambos

**15.** É costume contratar profissionais externos à sua equipe de trabalho para realizar serviços pontuais vinculados às suas atividades ? [múltipla escolha]

- a. Sim [segue pra 15a]
- b. Não
- c. Não sei responder

**15a.** Se sim, qual(is) profissionais? [múltipla resposta]

- a. Arquiteto(a)
- b. Contador(a)
- c. Engenheiro(a)
- d. Assistente social
- e. Advogado(a)
- f. Sociólogo(a)
- g. Economista
- h. Pedagogo(a)
- i. Psicólogo(a)
- j. Geógrafo(a)
- k. Mestres de obra
- l. Outros profissionais da prática da construção (pedreiro, pintor, etc.)
- m. Não sei responder
- n. Outros \_\_\_\_\_

---

### Dados sobre a atuação do agente em prol da moradia digna e do direito à cidade

**16.** Como classifica a sua prática profissional? (resposta múltipla)

- a. Assistência técnica
- b. Assessoria
- c. Prestação de serviços
- d. Formação complementar
- e. Consultoria
- f. Não sei responder
- g. Outros \_\_\_\_\_

**17.** Como classifica o seu principal campo de atuação? (múltipla escolha)

- a. Regularização fundiária
- b. Melhorias habitacionais
- c. Provisão de moradia com autogestão (provisão de novas moradias em processos nos quais se estabelecem a participação e o controle coletivo de todos os integrantes na gestão e na tomada de decisão com vista a superar a diferença entre aqueles que tomam as decisões e os que as executam)
- d. Provisão de moradia sem autogestão
- e. Provisão de moradia por empreitada global
- f. Urbanização de assentamentos precários
- g. Provisão ou requalificação de espaços públicos e/ou comunitários

- h.** Trabalho social (trabalho de apoio à organização e mobilização visando melhorar a qualidade de vida das pessoas, a defesa dos direitos sociais, o acesso à cidade, à moradia e o incentivo e fortalecimento da participação e organização autônoma da população)
- i.** Formação política e mobilização social
- j.** Incidência política na agenda pública (trabalho que visa influenciar politicamente projetos, planos e ou políticas públicas na direção da garantia do direito à moradia digna e/ou à cidade)
- k.** Planejamento urbano
- l.** Educação e formação profissional
- m.** Não sei responder
- n.** Outros \_\_\_\_\_

**18.** Como classifica os seus campos de atuação secundários? (resposta múltipla)

- a.** Regularização fundiária
- b.** Melhorias habitacionais
- c.** Provisão de moradia com autogestão (provisão de novas moradias em processos nos quais se estabelecem a participação e o controle coletivo de todos os integrantes na gestão e na tomada de decisão com vista a superar a diferença entre aqueles que tomam as decisões e os que as executam)
- d.** Provisão de moradia sem autogestão
- e.** Provisão de moradia por empreitada global
- f.** Urbanização de assentamentos precários
- g.** Provisão ou requalificação de espaços públicos e/ou comunitários
- h.** Trabalho social (trabalho de apoio à organização e mobilização visando melhorar a qualidade de vida das pessoas, a defesa dos direitos sociais, o acesso à cidade, à moradia e o incentivo e fortalecimento da participação e organização autônoma da população)
- i.** Formação política e mobilização social
- j.** Incidência política na agenda pública (trabalho que visa influenciar politicamente projetos, planos e ou políticas públicas na direção da garantia do direito à moradia digna e/ou à cidade)
- k.** Planejamento urbano
- l.** Educação e formação profissional
- m.** Não sei responder
- n.** Outros \_\_\_\_\_

**19.** De onde surgem, majoritariamente, as demandas que são objetos de suas ações? (resposta múltipla)

- a.** Movimentos de moradia
- b.** Outros movimentos sociais
- c.** Associações de moradores
- d.** Pessoas físicas com atendimento individualizado
- e.** Órgãos públicos
- f.** Cooperativas
- g.** Grupos não formalizados
- h.** Não sei responder
- i.** Outros \_\_\_\_\_

**20.** Gostaria de seguir para a segunda seção do formulário, sobre sua atuação prática em prol do direito à moradia digna e à cidade? [múltipla escolha]

Nosso objetivo com a próxima seção é conhecer ações, casos, experiências, intervenções, projetos em prol da moradia digna e do direito à cidade.

- a. Sim. [Seguir pra seção B - AÇÃO 01]
- b. Não, desejo finalizar o questionário agora e enviar. **(TERMINAR FORMULÁRIO)**

---

## SEÇÃO B - AÇÕES PRÁTICAS

Nosso objetivo com esta seção é conhecer ações, casos, experiências, intervenções, projetos em prol do direito à moradia digna e à cidade, buscando identificar as suas potencialidades, mas também seus desafios e limites, bem como formas de aperfeiçoar as práticas. Por isso, sugerimos que você selecione até 3 casos de sua experiência, considerando os últimos 10 anos, que representem a diversidade de sua atuação.

### AÇÃO 01

1. Qual o nome da ação? (resposta curta)
  
2. Qual o ano de início da ação? (resposta curta)  
A ação deverá ter ocorrido nos últimos 10 anos.
3. Como a ação pode ser classificada? (múltipla resposta)
  - a. Regularização fundiária
  - b. Melhorias habitacionais
  - c. Provisão de moradia com autogestão (provisão de novas moradias em processos nos quais se estabelecem a participação e o controle coletivo de todos os integrantes na gestão e na tomada de decisão com vista a superar a diferença entre aqueles que tomam as decisões e os que as executam)
  - d. Provisão de moradia sem autogestão
  - e. Provisão de moradia por empreitada global
  - f. Urbanização de assentamentos precários
  - g. Provisão ou requalificação de espaços públicos e/ou comunitários
  - h. Trabalho social (trabalho de apoio à organização e mobilização visando melhorar a qualidade de vida das pessoas, a defesa dos direitos sociais, o acesso à cidade, à moradia e o incentivo e fortalecimento da participação e organização autônoma da população)
  - i. Formação política e mobilização social
  - j. Incidência política na agenda pública (trabalho que visa influenciar politicamente projetos, planos e ou políticas públicas na direção da garantia do direito à moradia digna e/ou à cidade)
  - k. Planejamento urbano
  - l. Educação e formação profissional
  - m. Não sei responder
  - n. Outros \_\_\_\_\_

---

### Dados sobre a demanda e a população atendida pela ação

4. Você atua nesta ação atendendo a uma demanda da população ou do poder público? [múltipla escolha]
- a. Da população [segue para 4a]
  - b. Do poder público
  - c. De ambos [segue para 4a]
  - d. Não sei responder
  - e. De outros: \_\_\_\_\_
- 4a. Se da população, como a demanda foi organizada? [múltipla escolha]
- a. Coletivamente
  - b. Individualmente
5. De onde surgiram as demandas que foram objetos desta ação? [múltipla resposta]
- a. Movimentos de moradia
  - b. Outros movimentos sociais
  - c. Associação de moradores
  - d. Pessoas físicas
  - e. Órgão(s) público(s)
  - f. Cooperativa(s)
  - g. Grupos não formalizados
  - h. Demandas individuais de pessoas físicas
  - i. Não sei responder
  - j. Outros \_\_\_\_\_
6. Quantas famílias foram atendidas? [múltipla escolha]  
Estimativa, em números, de famílias atendidas ou a serem atendidas em projetos em andamento.
- a. 0 a 5
  - b. 6 a 20
  - c. 21 a 50
  - d. 51 a 100
  - e. 101 a 500
  - f. 501 a 2000
  - g. Mais de 2000
  - h. Não sei responder
  - i. Não aplicável
7. Como se identifica a maior parte das pessoas atendidas na ação? [múltipla escolha]
- a. Mulheres
  - b. Homens
  - c. Não sei responder
  - d. Não aplicável
  - e. Outro \_\_\_\_\_

8. Qual é a raça/etnia predominante das pessoas atendidas? [múltipla escolha]
- a. Negra (negros e pardos/mestiços)
  - b. Branca
  - c. Amarela (descendência asiática)
  - d. Indígena
  - e. Não sei responder
  - f. Não aplicável
9. Houve participação popular no processo? [múltipla escolha]
- a. Sim [Segue pra 9a]
  - b. Não
  - c. Não sei responder
- 9a. Qual(is) a(s) ferramenta(s) de participação adotada(s)? [múltipla resposta]
- a. Audiência pública
  - b. Consulta a fóruns ou assembléias existentes
  - c. Fóruns ou assembleias construídos durante o processo
  - d. Cartografias sociais
  - e. Jogos e Dinâmicas interativas
  - f. Diagnóstico participativo
  - g. Autogestão
  - h. Não sei responder
  - i. Outros \_\_\_\_\_

---

### **AÇÃO 1 - Dados gerais sobre a ação**

Informações gerais para categorizar o perfil da atuação.

10. Em que Estado do país aconteceu a ação, nesse estado? (lista suspensa)
11. Nesse estado, onde aconteceu a ação?
- a. Na capital.
  - b. Na região metropolitana da capital.
  - c. Em outra região metropolitana.
  - d. Em outros municípios do estado.
  - e. Não sei responder.
12. Quais as características do território onde aconteceu a ação?
- a. Favela
  - b. Edifício(s) ocupado(s)
  - c. Terreno(s) ocupado(s)
  - d. Casa(s)
  - e. Loteamento periférico
  - f. Conjunto habitacional
  - g. Espaço(s) público(s) e coletivo(s)
  - h. Não aplicável

- i. Não sei responder  
j. Outros: \_\_\_\_\_

- 13.** Em que situação se encontra a ação? [múltipla escolha]  
a. Concluída  
b. Em processo  
c. Interrompida  
d. Não sei responder

- 14.** Quantos meses durou a ação no total ou até o momento? (resposta em número de meses máximo 120)  
Por favor, responda, em números, com o número total de meses da ação. Caso não saiba estimar, preencha "0000" no campo abaixo.

- 15.** Quais foram as principais fontes de financiamento desta ação? (múltipla resposta - responder no máximo 3)  
a. Minha Casa Minha Vida faixa 1  
b. Minha Casa Minha Vida Entidades  
c. PNHR - Minha Casa Minha Vida Rural  
d. Financiamento internacional  
e. Financiamento universitário (via bolsas ou recursos para pesquisa, ensino e/ou extensão)  
f. Recursos estaduais  
g. Recursos municipais  
h. Editais públicos de fomento  
i. Fundo próprio das famílias atendidas  
j. Financiamento coletivo (*crowdfunding*)  
k. Editais de fomento dos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo (CAU) dos Estados  
l. Edital de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS) Edital de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social  
m. Verba de responsabilidade social  
n. Termo de ajustamento de conduta  
o. Trabalho não remunerado  
p. Doações  
q. Não possui financiamento  
r. Não sei responder  
s. Outros \_\_\_\_\_

- 16.** Os profissionais foram remunerados exclusivamente para a ação? [múltipla escolha]  
a. Sim, toda a equipe foi remunerada na ação  
b. Sim, parte da equipe foi remunerada na ação  
c. Sim, fui remunerado como técnico(a) independente na ação  
d. Não houve remuneração exclusiva para a ação  
e. Não sei responder

**17.** Como você classifica a remuneração dos profissionais que participaram da ação?  
[múltipla escolha]

- a. Remuneração adequada
- b. Remuneração insuficiente
- c. Não aplicável
- d. Não sei responder

**18.** Houve parcerias com outra(s) instituição(ões), sem repasse de recursos financeiros, para o desenvolvimento da ação?[múltipla escolha]

- a. Sim [segue para 18a]
- b. Não
- c. Não sei responder

**18a.** Qual(is) tipo(s) de instituição(ões)?

- a. Defensoria pública
- b. Universidades
- c. Prefeitura
- d. Governo do Estado
- e. Ministério Público
- f. Empresas
- g. Movimentos de moradia
- h. Outros movimentos sociais
- i. Associações de moradores
- j. Cooperativas
- k. Outras \_\_\_\_\_

---

### **AÇÃO 01 - Dados descritivos e qualitativos sobre a ação**

**19.** Destaque os pontos positivos, inovações ou avanços conquistados com essa ação.  
(múltipla resposta até 5 respostas)

- a. Apoio de algum(ns) órgão(s) público(s)
- b. Incidência política em projetos, planos e ou políticas
- c. Formação emancipatória de lideranças
- d. Participação da população
- e. Melhoria da qualidade de vida das famílias
- f. Melhoria de qualidade do ambiente construído
- g. Qualidade do projeto
- h. Interdisciplinaridade da equipe
- i. Disponibilidade de recursos
- j. Não sei responder
- k. Outros \_\_\_\_\_

**20.** Destaque os problemas ou questões enfrentados nessa ação. (múltipla resposta até 5 respostas)

- a. Falta de recursos financeiros
- b. Custos operacionais excessivos
- c. Custo de emissão de Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) e Anotação de Responsabilidade Técnica (ART)
- d. Tempo insuficiente

- e. Desmobilização da população para continuidade do projeto
  - f. Baixa adesão nos processos participativos
  - g. Dificuldades para lidar com as lideranças locais
  - h. Conflitos nos grupos atendidos
  - i. Sub dimensionamento da equipe
  - j. Falta de capacidade técnica adequada na equipe
  - k. Mudanças no quadro político
  - l. Normas de financiamento inadequadas
  - m. Limitações decorrentes da lei de licitações e outros instrumentos contratuais
  - n. Alterações das normas operacionais ao longo do processo
  - o. Problemas de relação com o Judiciário
  - p. Problemas na relação com a Prefeitura
  - q. Entraves com os cartórios
  - r. Entraves com as concessionárias
  - s. Outros entraves burocráticos
  - t. Atividade não se enquadra em financiamentos CAU ATHIS
  - u. Influência de grupos ligados ao tráfico ou à milícia
  - v. Dificuldades de acesso à terra
  - w. Não sei responder
  - x. Outros
- 21.** Escreva informações complementares relevantes sobre a ação. (resposta longa até 500 caracteres)
- 22.** Insira um link para acessar imagens ilustrativas desta ação. (url)  
Copie e cole no campo abaixo o url de um link de acesso online a uma pasta com imagens da ação. Por exemplo, link de compartilhamento de uma pasta com fotos no Google Drive.
- 23.** No Google Maps, copie o url da localização da sua ação usando o link de “compartilhar localização” e cole no campo abaixo. (url)  
Para isso, siga o passo a passo a seguir: 1) Abra o Google Maps; 2) Busque pelo endereço do local da ação; 3) No canto superior esquerdo, clique no Menu; 4) Selecione “Compartilhar”; 5) Copie e cole o link que aparecerá na tela aqui. Exemplo: <https://goo.gl/maps/natABG2VpqqUt5JM6>
- 24.** Deseja adicionar mais uma ação ao formulário?
- a. Sim. [Seguir pra seção B - AÇÃO 02]
- Não. Desejo enviar o formulário agora. **(TERMINAR FORMULÁRIO)**

## **Anexo 2 - Fichas das ações coletadas na pesquisa**

<https://drive.google.com/file/d/1PtvjuVS-OSiQcRgSCP9wmANAYV5ToMgR/view?usp=sharing>

## **Anexo 3 – Mapa das experiências cadastradas**

[https://www.google.com/maps/d/u/1/edit?mid=11\\_gcpF6Ihe1BQX4YihFyAmOnJ8zFrRLF&ll=-13.987598530055463%2C-46.047755699999996&z=4](https://www.google.com/maps/d/u/1/edit?mid=11_gcpF6Ihe1BQX4YihFyAmOnJ8zFrRLF&ll=-13.987598530055463%2C-46.047755699999996&z=4)

## **Anexo 4 - Banco de dados consolidado da pesquisa (xls)(csv)**

[https://drive.google.com/file/d/1Lj\\_cI2v75\\_XGVD\\_3kU3AkoRvwRrxGbWJ/view?usp=sharing](https://drive.google.com/file/d/1Lj_cI2v75_XGVD_3kU3AkoRvwRrxGbWJ/view?usp=sharing)